



# Anais da Assembléia

Nº 19

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 1979.

ANO V

## 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 17.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 1979 TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinis, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliese, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### MENSAGENS:

MENSAGEM N.º 35/79

Curitiba, em 26 de março de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a criação de 6 (seis) cargos de Desembargador no Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

A pretendida medida é submetida a essa augusta Casa de Leis em atenção ao Ofício n.º 373/79, de 22 do corrente mês, da Presidência do Tribunal de Justiça, onde está contido esclarecimento de que a proposição foi aprovada, à unanimidade de votos, pelos Membros daquela Corte. O referido expediente do Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, contém, para o anteprojeto de lei ora encaminhado, justificativa no seguinte teor:

“O Tribunal de Justiça do Paraná, composto de 20 (vinte) Desembargadores, funciona com 18 (dezoito) Juizes julgadores, que integram as suas quatro Câmaras Cíveis e duas Câmaras Criminais, já que o Presidente e o Corregedor não têm funções judicantes. Funciona também o Tribunal com duas Câmaras Especiais - uma Cível e uma Criminal —, composta respectivamente de 3 (três) membros cada uma, com atribuições de julgar os processos que correm nas férias, Câmaras essas que são integradas por Juizes Substitutos de 2a. instância (arts. 4.<sup>o</sup>, 12 e 14 do Código de Organização

Divisão Judiciárias do Estado).

A Lei Orgânica da Magistratura, já sancionada, e que entrará em vigor em 14.05.79, extingue os cargos de Juiz Substituto de 2a. instância e proíbe a convocação de Juizes de Direito, além de subordinar a criação de novos cargos de Desembargador à distribuição de 300 (trezentos) processos por ano a cada Desembargador, o que não ocorre no Paraná (arts. 106, § 1.<sup>o</sup> e 140, § 4.<sup>o</sup>).

Disso decorre que o Tribunal de Justiça perderá 6 (seis) julgadores, os integrantes das referidas Câmaras Especiais, e, na em breve vigente Lei Orgânica, não poderá criar outros cargos para suprir aquele grande desfalque.

Urge, pois, a criação, antes da vigência da referida Lei, de 6 (seis) novos cargos de Desembargador que se destinarão a integrar as referidas Câmaras Especiais, suprimindo uma deficiência que, se não contornada, importará em profundo e irreparável prejuízo para o serviço da Justiça no Paraná.

Ocorre, por outro lado, que a criação desses cargos em nada gravará o orçamento do Estado, pois à medida em que serão criados aqueles 6 (seis) cargos serão extintos outros 12 (doze) cargos de Juiz Substituto de 2a. instância (art. 227 — III — Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado), com remuneração equivalente, o que, como é óbvio, importa em sensível diminuição de despesa, observando-se que desses 12 (doze) cargos apenas 6 (seis) estavam preenchidos.

Sobreleva considerar, ainda, que as últimas criações de cargos de 2a. instância (aumento de 15 (quinze) para 20 (vinte) Desembargadores e criação do Tribunal de Alçada) ocorreram em 1966 e em 1970, respectivamente, quando o número de comarcas e varas judiciais e a população do Estado eram muito menores do que hoje, o que por si só demonstra que o número de recursos processados no Tribunal é bem superior, sendo conseqüentemente injustificável a diminuição de seus julgadores.

E para finalizar esta justificativa, não será demais lembrar que os Tribunais de Justiça de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, Estados com população equivalente ao Paraná, são compostos, respectivamente, de 32 (trinta e dois) Desembargadores e 22 (vinte e dois) Juizes do Tribunal de Alçada, e 31 (trinta e um) Desembargadores e 16 (dezesseis) Juizes do Tribunal de Alçada, enquanto que o nosso Tribunal ficará com apenas 26 (vinte e seis) Desembargadores e 13 (treze) Juizes do Tribunal de Alçada, já que dos dezesseis destes últimos cargos, três não estão preenchidos.”

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo plano de lei, a forma prevista pelo § 3.<sup>o</sup> do artigo 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a proposição submetida à apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.<sup>o</sup> — Ficam criados 6 (seis) cargos de Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos ora criados integrarão as Câmaras Especiais a que alude o artigo 12, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (Resolução Normativa n.º 1, de 11 de dezembro de 1975,

do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná).

Art. 2.<sup>o</sup> — Ficam extintos 12 (doze) cargos de Juiz de Direito Substituto de 2a. Instância e as respectivas funções no Tribunal de Justiça.

Art. 3.<sup>o</sup> — As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 4.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 36/79.

Curitiba, em 26 de março de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a extinção das gratificações "pro labore" atribuídas aos Membros do Conselho Superior da Magistratura, das Comissões Permanentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada e a de Diretores de Fórum, previstas nas Leis n.ºs 5.809, de 15 de julho de 1968 e 6.137, de 31 de julho de 1970, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 6.767, de 30 de dezembro de 1975. Visa, também, o anteprojeto, vedar a percepção, pelos Magistrados, da gratificação de produtividade concedida pelo art. 1.<sup>o</sup>, da Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1974. Dispõe, ainda, sobre gratificação, a título de representação, aos Desembargadores, Juizes do Tribunal de Alçada, Juizes de Direito e Juizes Adjuntos.

O plano de lei que ora encaminho a essa augusta Assembleia Legislativa é decorrência do Ofício n.º 372/79, de 22 do corrente mês, da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado. Tal expediente esclarece que a proposição mereceu, à unanimidade de votos, aprovação dos Membros daquela Corte de Justiça, em sessão plenária da mesma data e é acompanhado de justificativa nos seguintes termos:

"O presente anteprojeto tem por finalidade simplesmente manter os atuais padrões de vencimentos da Magistratura do Estado do Paraná, após entrar em vigor a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

A extinção de algumas gratificações percebidas pelos magistrados decorre de preceito imperativo inserido na Lei Orgânica da Magistratura; destarte, os membros da magistratura seriam sensivelmente prejudicados em seus vencimentos, justificando-se, portanto, a medida legislativa agora pleiteada.

Por intermédio deste processamento legislativo, ficarão extintas as gratificações "pro labore" atribuídas aos Membros do Conselho Superior da Magistratura, das Comissões Permanentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada e a de Diretores de FÓRUM, previstas nas Leis n.ºs 5.809, de 15.7.68 e 6.137, de 3.7.70, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 6.767, de 30.12.75. Também fica vedada a percepção da gratificação de produtividade concedida aos magistrados pelo art. 3.<sup>o</sup>, da Lei n.º 6.569, de 25.6.74.

O artigo 3.<sup>o</sup>, deste anteprojeto de lei, amolda-se, integralmente, em sua redação, aos dispositivos que passarão a vigorar com o advento da Lei Orgânica da Magistratura, como se infere no item V, do Art. 65, da Lei em apreço. A representação objeto do Artigo 3.<sup>o</sup>, tem, destarte, lastro constitucional em seu inteiro teor.

O benefício da representação não leva o condão de proporcionar aumento de vencimentos aos magistrados, mas sim, restaurar o ora reinante equilíbrio dos mesmos, quando passar a vigorar a Lei Orgânica da Magistratura, medida, ressalte-se, oportuna porque justa, equitativa porque abrangente a todos os componentes da Magistratura.

Finalmente, a acolhida do anteprojeto, estaria em con-

sonância com a orientação administrativa do Governo do Estado, dirigida com senso de oportunidade e visão ampla dos interesses do Estado do Paraná."

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo plano de lei, a forma prevista pelo § 3.<sup>o</sup>, do artigo 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a proposição submetida à apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.<sup>o</sup> — Ficam extintas as gratificações "pro labore" atribuídas aos Membros do Conselho Superior da Magistratura, das Comissões Permanentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, e a de Diretores de Fórum previstas nas Leis n.ºs 5.809, de 15-7-68 e 6.137, de 31-7-70, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 6.767, de 30.12.75.

Art. 2.<sup>o</sup> — Fica vedada a percepção da gratificação de produtividade concedida aos magistrados pelo art. 1.<sup>o</sup>, da Lei n.º 6.569, de 25-6-74.

Art. 3.<sup>o</sup> — Os Desembargadores e os Juizes do Tribunal de Alçada perceberão, a título de representação, 25% (vinte e cinco por cento) sobre os seus vencimentos; os Juizes de Direito e os Juizes Adjuntos perceberão 15% (quinze por cento) sobre os seus vencimentos.

Parágrafo 1.<sup>o</sup> — Ficam asseguradas, aos Presidentes e Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça e de Alçada e ao Corregedor Geral da Justiça, quando no exercício de seus cargos, as vantagens previstas pelo art. 105 e parágrafo 1.<sup>o</sup> do Código de Organização e Divisão Judiciárias (Resolução Normativa n.º 1/75, de 11 de dezembro de 1975, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná).

Parágrafo 2.<sup>o</sup> — A verba de representação, salvo quando concedida em razão do exercício de cargo em função temporária, integra os vencimentos para todos os efeitos legais.

Art. 4.<sup>o</sup> — As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 5.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação em ata, de voto de profundo pesar pelo infausto falecimento do Dr. MÁRIO ESMANHOTTO, ocorrido a 28 de março corrente.

Como médico, nesta Capital, prestou grandes e humanitários serviços à coletividade. Seu desaparecimento constituiu grande parcela da comunidade paranaense.

Outrossim, requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento à família enlutada, residente a Rua Isaias Bevilacqua n.º 212, apartamento 201.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1979.

(a) Florivaldo Palácios.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de veemente apelo ao Senhor Governador do Estado, para que

determine ao órgão competente, a aquisição de um telefone destinado ao SERVIÇO DE SAÚDE E HIGIENE ESCOLAR DE MARINGÁ.

Tal solicitação se deve ao expediente recebido da 32a. Inspeção Regional de Ensino de Maringá, anexo a este requerimento como justificativa.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1979.

(a) Antônio Facci.

**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA**  
**32a. INSPEÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE MARINGÁ**  
**COORDENAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE E**  
**HIGIENE ESCOLAR**

OF. N.º 30/79

Maringá, 21 de março de 1979

Senhor Deputado:

Pelo presente, vimos solicitar a V. Ex.ª, que interceda junto à Seção competente para a AQUISIÇÃO de um TELEFONE destinado ao SERVIÇO DE SAÚDE E HIGIENE ESCOLAR DE MARINGÁ.

Este pedido se faz devido a necessidade de atender e cumprir as determinações do ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA; e também as dificuldades encontradas para locomoção com as Escolas integradas neste setor de atendimento ao escolar.

Contando com vosso espírito humanitário em prol das crianças paranaenses, louvamos a oportunidade para agradecer antecipadamente e apresentar os nossos protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Maria Neris

Coord. S.S.H.A. - 32a. I.R.E.

Excelentíssimo Senhor

ANTÔNIO FACCI

D.D. DEPUTADO ESTADUAL

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.  
 CURITIBA- PR.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente

Os Deputados que este subscrevem, atendidas as formalidades regimentais, uma vez ouvido o Plenário, requerem manifestação de regozijo à Igreja Católica Paulista, pela grandiosidade com que tem se conduzido em relação ao episódio dos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo.

Fraternidade, devoção e sacrifícios, são expressões maiúsculas de Bispos, Comissão de Justiça e Paz, Sacerdotes e Leigos, no momento gravíssimo vivido pelo operariado paulistano.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1979.

(aa) Gernote Kirinus e Miguel Friedrich.

**JUSTIFICATIVA:**

a)- O testemunho de solidariedade dado pelo povo de São Paulo, tendo a Igreja como partícipe maior, demonstra o espírito de justiça da causa em desenvolvimento.

b)- Evidencia a Igreja, um posicionamento que demonstra a maturidade dos cristãos ante o sistema opressivo e injusto do atual regime político brasileiro.

c)- Esta atitude da Igreja, significa na prática, ser realista e não ilhada aos problemas do povo brasileiro, como querem alguns religiosos ortodoxos do País. Aliás acaba a mesma Igreja, propondo-se a ser mediadora da questão angustiante entre empregadores e empregados do ABC paulista.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, conferidas pelo Artigo 134, § 1.º, VI, do Regimento Interno, requer a expressa manifestação

de um VOTO DE REGOZIO, à Câmara Municipal de São Paulo, que por telegrama deverá ser saudada pela histórica decisão de ter derrubado o veto do Sr. Prefeito Municipal, a projeto de lei de autoria do Vereador Flávio Bierrenbach, que denominava uma das ruas da capital paulista de Wladimir Herzog.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1979.

(a) Waldyr Pugliese.

**JUSTIFICATIVA:**

É motivo de regozijo para nós membros do Poder Legislativo, tão desprestigiado nos dias de hoje, sob o regime excepcional, a manifestação de independência colhida no recente episódio vivido pelos Vereadores do Município de São Paulo, que é o município síntese da vontade de todo o povo brasileiro.

O Vereador Flávio Bierrenbach apresentou projeto de lei denominando Rua Wladimir Herzog a uma das vias da Capital paulista. Aprovado o projeto, o mesmo foi à sanção do Prefeito Olavo Setúbal que o vetou. Vindo o veto à apreciação dos Vereadores paulistas, estes, demonstrando altivez e amor à democracia, derrubaram-no.

Saliente-se que para a derrubada do veto foi necessário que se somasse aos votos da bancada do M.D.B., 2 (dois) votos da bancada arenista, alcançando-se assim os dois terços precisos para a rejeição do veto.

Vejo na decisão dos Vereadores de São Paulo um basta categórico à repressão instalada no País para garantir os privilégios das classes dominantes e não somente uma homenagem a Wladimir Herzog que foi morto em circunstâncias conhecidas por todo o povo brasileiro.

Daí o pedido que fazemos aos Senhores Deputados para que votem favoravelmente, marcando através dessa proposição, sua posição clara de apoio ao retorno do Estado de Direito Democrático, com o conseqüente fortalecimento do Poder Legislativo.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, atendidas as formalidades regimentais, REQUEREM uma vez ouvido o Plenário, um voto de apoio à Emenda Constitucional, apresentada pelo Senador Mauro Benevides, que restabelece eleições em todas as Capitais dos Estados, encaminhando-se às presidências do Senado, Câmara Federal, lideranças dos partidos e todos os parlamentares paranaenses, com assento no Congresso Nacional, o apoio aqui solicitado.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1979.

(a) Deni Schwartz.

Apoio: Nelson Friedrich e Gernote Kirinus.

**JUSTIFICATIVA:**

a)- O Movimento Democrático Brasileiro - MDB -, em seu programa político, dispõe, no primeiro capítulo:

"I - Implantação da normalidade democrática e a conseqüente condenação: a) - de todos os tipos de ditadura; b) - da institucionalização de regimes de exceção; c) - do continuísmo".

Já no capítulo segundo, clara e objetivamente, preceitua:

"II - Defesa do regime representativo, plenamente assegurado através: a) - do sufrágio universal, direto e secreto para todos os cargos eletivos, notadamente, o de Presidente da República, Governador de Estado, Prefeitos das Capitais e das Estâncias hidrominerais e climáticas;

Vê-se, pois, que desde a criação do MDB, princípio basilar passou a ser o retorno das eleições diretas dos Prefeitos das Capitais, sempre convocando todos os democratas para patrocinar tal luta libertária e democratizante; - e assumindo-a

em todas as horas;

b) - A Aliança Renovadora Nacional —ARENA—, igualmente fez constar da carta programática, a defesa das eleições diretas.

Assim no Capítulo I do seu programa consta:—

A Aliança Renovadora Nacional considera objetivo fundamental a implementação da democracia representativa como regime político que se traduz pela vigência plena dos direitos públicos subjetivos civis, políticos e fundamentais da pessoa humana, bem assim pelas direnciões estruturais — política, econômica, psicossocial e militar — adequadas realisticamente ao seu exercício.

Para atingir esse objetivo propõe-se:

a - estruturar o Estado de Direito que:

- 1 - Garanta a legitimidade da representação política, fundada no exercício livre, independente e consciente do voto;
- 2 - Mantenha a sociedade política plural, em competição pacífica pelo poder;

b - aperfeiçoar o regime federativo mediante:

- 1 - A autonomia dos Estados, cujos Governadores devem ser eleitos pelo voto direto;

c) — Aliás, o próprio líder da bancada situacionista, em discurso quando da homologação do nome do atual Prefeito de Curitiba, manifestou total apoio às eleições diretas nas Capitais, quando expressou:

“O que queremos fazer sentir ao povo do Paraná é que nós, Deputados da ARENA - da Aliança Renovadora Nacional, também queremos eleições diretas dos Prefeitos das capitais”. Afirmando, ainda: “Objetivo a ser perseguido nesta escalada para a democracia plena, haja vistas, agora, a posição da bancada da ARENA, no Congresso Nacional, principalmente da sua Liderança, que declarou questão aberta à apreciação da “Emenda Benevides”. Por que a direção da ARENA declarou questão aberta? Porque sentiu a tendência esmagadora da bancada arenista que quer efetivamente, eleição direta para todos os postos onde se disputa eleição, neste País”.

d) — Igualmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o atual Prefeito de Curitiba, tem ultimamente se expressado, com firmeza, em favor das eleições diretas, quando manifestou em entrevista à Revista Veja, que:

“As administrações municipais, à medida que vêm sendo esvaziadas política e financeiramente, não têm condições de fazer frente a essa crescente insatisfação. A comunidade local é a base do processo democrático. Ela é o primeiro escalão a sentir o embate das reivindicações populares. No entanto, as populações não participam das decisões a ela concernentes”.

e) — Assim sendo, como todos os segmentos da sociedade passam a exigir de todos os homens públicos, posições efetivamente democráticas e libertárias, a hora é de assumir com personalidade o que se prega e consta das cartas programáticas, fazendo ecoar aquilo que é a VOZ DO POVO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, solicitando as providências necessárias para a urgente construção da nova Delegacia de Polícia do Município de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1979.

(a) Florivaldo Palácios.

#### JUSTIFICATIVA:

A medida ora pretendida, embasa-se no péssimo estado de conservação do atual Delegacia de Polícia de Santo Antônio

da Platina, que a par de ter se tornado obsoleta e inadequada, tem permitido seguidas evasões de detentos, o que oõe em risco a população da cidade, bem assim dos municípios circunvizinhos. Demais disso, nas mesmas celas atuais, encontram-se, em condições de grande promiscuidade, homicidas, dementes, assaltantes, de ambos os sexos. Acresça-se, ainda, que as atuais instalações, não possuem as mínimas condições de aproveitamento e, de consequência, torna-se impraticável toda e qualquer intenção de reforma.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário da Segurança Pública, solicitando urgentes estudos no sentido de estabelecer um esquema de policiamento junto aos estabelecimentos de ensino da Capital, situados, principalmente nos bairros, policiamento este a ser efetuado com prioridade no período de aulas noturno.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1979

(a) José Domingos.

#### JUSTIFICATIVA:

O esquema de policiamento se faz necessário diante das ameaças que pairam, atualmente, junto aos estabelecimentos de ensino de Curitiba, nos horários de aulas noturnos, principalmente. A nossa intervenção nesse problema tão grave, tão sério, se faz necessária diante do grande número de apelos formulados pelos senhores professores, pelos senhores pais de alunos que, a cada dia, acompanham aflitos o desenrolar de lamentáveis cenas em frente às escolas. Desocupados, marginais, quando não traficantes de entorpecentes, se reúnem à frente das escolas esperando o término das aulas. Há um clima de temor generalizado, porque quando chamados à atenção proferem ameaças de agressão e quando não chegam a isso, lançam palavras de baixo calão, tanto para os professores, como para os pais de alunos. É imperativo, por tudo isso, que seja colocado em execução um plano de policiamento visando coibir esses abusos que ocorrem, com maior frequência à noite, e também, para prevenir futuros acontecimentos lamentáveis que possam ocorrer face às tentativas de moralização que são tomadas, com coragem, pelos senhores professores e pelos senhores pais de alunos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER depois de ouvido o Plenário, que seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Ney Aminthas de Barros Braga, solicitação no sentido de sustar a construção da barragem do Miringuava e construir prioritariamente, as barragens do Iraí e Piraquara II.

É necessário que Sua Excelência, o Governador, não deixe que sejam cometidas injustiças contra o povo de São José dos Pinhais e de Piraquara, que abastecem Curitiba e região, o primeiro principalmente em gêneros alimentícios, e o segundo em água potável e cujo único crime que cometeram foi o de terem trabalhado cem anos para o engrandecimento de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1979.

(a) João Mansur.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, solicitando estudos mais apurados, análises e confirmação da ação maléfica do produto farmacêutico CLOFIBRATE, remédio alemão que está proibido na Alemanha, mas que é vendido

normalmente no Brasil. Confirmando denúncias contidas nas revistas, cujos nomes e números citamos na justificativa deste requerimento, apelamos para a proibição da venda e fabricação deste produto em nosso País.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1979.

(a) MÁRIO CELSO

#### JUSTIFICATIVA:

Para melhor situar nossa posição com respeito ao assunto aqui enfocado, estamos anexando ao requerimento, uma cópia de nosso pronunciamento do dia de hoje. Como adendo, apenas citamos as revistas que trazem matérias a respeito. Para melhor localização das mesmas, poderá ser consultada a Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro, à Rua Alcindo Guanabara, 24, sala 911, Rio de Janeiro, que possui os referidos exemplares, que são os seguintes:

British Heart Journal, 1978, 40 - 1069-1118

The Lancet - november 25-1. 1978 (p. 1131)

British Medical Journal - London, Saturday 9 december 1978

The Journal of the American Medical Association (JAMA) jan. 27, 1975. Volume 231, nº 4.

The Farmaceutical Journal - january, 13 - 1979 (p. 30) Pharm, Ind. 40. Nr 12 (1978)

Schneider, Pharm, Ind. Audbenhandel (pp. 1336/1337) Pharmazeutische Zeitung, 124 - Jabrgang Nr. 1-4, january, 1979 (p. 27)

Ainda, como adendo, fornecemos a relação dos produtos farmacêuticos à venda no Brasil, contendo o medicamento proibido em outros países:

ATHEROLIP - da empresa francesa Millet-Roux

ATROMID SIMPLES 500 Mg - da empresa inglesa Ici-Farma Ltda.

CLARIPLEX AL - da empresa norte-americana ICN - Usafarma

CLOFIBRATE 500 Mg - da empresa norte-americana Ayerst

LIPATEN 500 Mg - da empresa alemã Merck

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, atendidas as formalidades regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja solicitada à CACEX, Ministério da Fazenda e Ministério da Agricultura, imediata liberação das exportações de farelo de soja, aproveitando o mercado altista no Exterior, mesmo porque nosso País não absorve a produção de farelo de soja, havendo excedente em quantidade excessiva. Também se requer, novas medidas de abertura de crédito às indústrias, para que possam adquirir o produto, evitando-se queda ainda maior de tal cereal no mercado interno.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

#### JUSTIFICATIVA:

a) ante o trancamento das exportações de farelo de soja, a reação do mercado interno foi de baixa, prejudicando nosso sojicultor, em que pese o Brasil absorver menos de 30% de farelo produzido, havendo excedentes à venda, não justificando tal medida impeditiva;

b) por sua vez, o mercado externo é altista, o que impõe pronta liberação das exportações de farelo, sob pena de repercutir negativamente, não só no mercado interno, como também - e o que é mais grave -, no bolso do produtor, com prejuízos visíveis;

c) quanto ao mercado interno da soja em baixa, tem como uma das causas, a falta de dinheiro por parte das indústrias, para aquisição da leguminosa, sendo necessária a abertura de nova linha de créditos, em substituição à antiga linha creditícia 398, objetivando incentivar a compra industrial, com imediata reação no mercado interno, ora baixista.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Secretário de Estado da Agricultura e Diretor do DNER, sugerindo-lhes a plantação de pinheiros araucarianos ou "angustifolia nativa", às margens das Rodovias BR-277, desde Laranjeiras do Sul até Foz do Iguaçu; BR-369, no trecho Cascavel - Campo Mourão, e bem assim o trecho da rodovia que liga Cascavel a Guaíra, em três fileiras de cada lado, recomendando-se o uso de espécies aclimatadas em cada região.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Procedendo a arborização às margens dessas rodovias, não só estaremos contribuindo para seu embelezamento, como também para sua conservação e equilíbrio do meio-ambiente.

As estradas em cujas margens sejam plantadas árvores, apresentam-se com maiores atrativos e, em função da vegetação, propiciam especial paisagismo, preservando as espécies naturais e climáticas do respectivo "habitat".

#### Projeto de Resolução:

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1º - O Gabinete de Assistência Técnica, da Secretaria da Assembléia Legislativa, passa a ter a denominação de Gabinete da Consultoria Legislativa, mantidas sua estrutura e atribuições.

Art. 2º - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1979.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

Apoiamento: Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto de resolução proposto, visa tão somente corrigir situação anômala que se constata existir no G.A.T. Os seus integrantes - Assistentes Técnicos - por determinação legal, tiveram essa denominação mudada para Consultores Legislativos.

O órgão, todavia, segue sendo Gabinete de Assistência Técnica, o que configura a anomalia antes referida.

A alteração proposta, em nada altera a competência desse órgão de assessoramento, cujas atribuições e características de funcionamento continuaram as mesmas já estabelecidas nas normas legais vigentes.

As denominações das diversas repartições que compõem a Secretaria - e suas alterações também, conseqüentemente - são assunto da economia interna da Assembléia, o que elucida, desde logo, a validade legal da medida que propomos à consideração dos dignos Pares.

#### Projeto de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 23/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE ENGENHEIRO BELTRÃO, com sede em Engenheiro Beltrão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1979.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Senhoras de Rotarianos de Engenheiro Beltrão, é uma sociedade civil, que tem por finalidade manter,

dirigir e colaborar com obras e iniciativas por ela julgada meritórias; não tem fim lucrativo, sendo justo, portanto, seu reconhecimento de utilidade pública para o que espera a acolhida dos nobres Pares.

# PROJETO DE LEI N.º 22/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o MIS — Movimento de Integração Social de Balsa Nova, com sede no Município de Balsa Nova.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1979.

(a) Carlos Zanlorenzi

## JUSTIFICATIVA:

Segundo o enunciado do art. 3.º, do Estatuto da entidade em apreço, cuja cópia autenticada estamos anexando, tem ela por finalidade o objetivo social de promover a educação, a cultura, a defesa da saúde, a assistência médico-social, as atividades esportivas e recreativas, a colaboração com entidades públicas e privadas, voltada especialmente para a solução dos problemas da localidade comunitária inteiramente gratuito e de caráter filantrópico.

O art. 6.º declara que os membros da Diretoria não percebem qualquer modalidade de retribuição ou remuneração pelos seus trabalhos.

A publicação do Diário Oficial, em anexo, comprova o preenchimento do requisito "personalidade jurídica há mais de um ano", exigida pela Lei n.º 6.994, de 10.01.78.

Dessa forma, estando em consonância com as exigências legais, esperamos que esta Casa declare que a entidade tem caráter de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença neste plenário, do Sr. João Vargas de Oliveira, ex-Deputado Estadual e ex-Deputado Federal, que nos honra com sua visita a este plenário, bem como registramos, com muita satisfação também, a presença do Vereador Pedro Rossoni, da cidade de Santa Helena.

A Mesa lembra os Srs. Deputados que deverá visitar esta Assembléia, possivelmente às 16,00 horas, um grupo de Diretores da EMOPAR, que virão expor aos Srs. Deputados, o projeto do prédio anexo, que deverá ser construído neste Poder.

Para tanto, a Mesa lembra os Srs. Deputados que devem comparecer ao auditório, logo após o encerramento da presente sessão para, em conjunto com a Comissão Executiva, examinarem o referido projeto.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao retornarmos pela quinta vez, à 5ª Legislatura nesta Casa, eu desejo agradecer ao povo do Paraná, a confiança que em nós depositou e também, agradecer aos velhos companheiros da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático Brasileiro, àqueles Parlamentares que, juntos, por diversos anos aqui lutamos, para o engrandecimento desta Casa Legislativa e também do povo do Paraná; abraçar todos os novos Deputados que já estão compartilhando desta Assembléia, do MDB e da ARENA, e colocar à sua disposição dentro da nossa modestia, a nossa colaboração para os diálogos, para as lutas que irão engrandecer o nosso Estado.

Eram estas as minhas primeiras palavras de agradecimento. Senhor Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Ocupo a tribuna, na data de hoje, para com júbilo

e satisfação, me congratular com a laboriosa população de União da Vitória, que celebra 89 anos de existência. Fundada pelo Coronel AMAZONAS DE ARAÚJO MARCONDES, um verdadeiro bandeirante, que lançou as sementes do desenvolvimento da região, implantando o sistema de transporte a vapor, trazendo um surto de progresso que motivou o governo, através do Decreto n.º 54, de 27 de março de 1.890, elevar a então Freguesia de Porto União da Vitória à categoria de Villa e pelo Decreto n.º 55, do mesmo dia, mês e ano, passou à categoria de Município, desmembrado do Município de Palmas.

No ano de 1.895, JOSÉ CLETO DA SILVA, fundou a primeira escola primária e o primeiro internato. Dez anos mais tarde, os trilhos da Estrada de Ferro-São Paulo-Rio Grande, atingiam a cidade, sendo inaugurada a primeira Estação Ferroviária.

União da Vitória, situada na zona fisiográfica do Irati, sua sede urbana encontra-se a uma altitude de 752 metros, tendo o município uma área de 780 km<sup>2</sup>, e seu clima é temperado, com ocorrência de geadas frequentes no inverno.

O desenvolvimento da cidade através dos anos, pela iniciativa privada, exigiu em contra-partida, esforços concentrados das administrações municipais, executando obras de infra-estrutura, que objetivavam dar melhores condições de vida ao seu povo.

Com orgulho me considero um filho de União da Vitória, onde tive a honra de ser consagrado nas urnas pelo brioso povo desde o longínquo ano de 1.946, quando fui eleito Vereador pelo PTB; Prefeito duas vezes, gestões 1951/1954 e 1964 a 1968, e Deputado Estadual por cinco legislaturas.

União da Vitória, além da atração monumental do seu protetor, o Sagrado Coração de Jesus, edificado no ponto mais alto, conta com a implantação em sua sede de várias agências bancárias, incluindo o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o Banco do Estado do Paraná; dezenas de indústrias de grande porte e centenas de outras de médio porte; 3 jornais; 2 emissoras de rádio; diversos templos religiosos; uma escola técnica de comércio, uma escola normal e 2 Faculdades de Ensino Superior.

A força polarizadora do primitivo entreposto de Nossa Senhora da Vitória, atual União da Vitória, é um fato incontestável.

Possuindo funções definidas como Centro de comercialização, entreposto de primeira ordem, entroncamento rodod-ferroviário estratégico, com a estrada asfaltada, que a aproxima de São Mateus do Sul, pela BR-476 ligando-a ao Sudoeste do Estado pela BR-280 e ao Sul do País pela BR-153 — "Trans-brasiliana".

Com a abundância de energia gerada pela usina de Salto Grande do Iguaçu, hoje interligada ao Estado através da Copel, projeta o Município na vida econômica do Estado com o "rush" industrial, que aliado à modernização de sua lavoura e pecuária e somado com o esforço desmedido da população, que não mede sacrifícios de tal forma, que o seu desenvolvimento, já está refletindo no complexo sistema evolutivo do Estado.

Está, portanto, de parabéns a valorosa população de União da Vitória, a qual saúdo efusivamente pelo feliz evento."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Movimento Democrático Brasileiro em seu Programa Político dispõe, no 1.º Capítulo:

"Implantação da normalidade democrática e a consequente condenação:

- a) de todos os tipos de ditadura;
- b) da institucionalização de regimes de exceção;
- c) do continuísmo."

Já no capítulo 2.º, clara e objetivamente conceitua:



"Defesa do regime representativo, plenamente assegurado através:

a) do sufrágio universal direto e secreto para todos os cargos eletivos, notadamente o de Presidente da República, Governadores de Estado, Prefeitos das Capitais e das Estâncias Hidrominerais e Climáticas".

Vê-se, pois, que, desde a criação do MDB, princípio balisar passou a ser o retorno das eleições diretas dos Prefeitos das Capitais, sempre convocando todos os democratas para patrocinarem tal luta de liberdade, e democratizante, assumindo-a em todas as horas.

De outra parte, a Aliança Renovadora Nacional, a ARENA igualmente fez constar da Carta Programática, a defesa das eleições diretas.

Assim, no Capítulo 1.<sup>o</sup> do seu Programa consta:

"A Aliança Renovadora Nacional considera objetivo fundamental a implementação da democracia representativa como regime político que se traduz pela vigência dos direitos públicos subjetivos civis, políticos e fundamentais da pessoa humana, bem assim pelas diferenciações estruturais - política, econômica, psicossocial e militar adequadas realisticamente ao seu exercício."

No programa da Aliança Renovadora Nacional, prevê para atingir esse objetivo, o seguinte:

a - estruturar o Estado de Direito que:

1 - Garanta a legitimidade da representação política, fundada no exercício livre, independente e consciente do voto;  
2 - Mantenha a sociedade política plural em competição pacífica pelo poder;

b - aperfeiçoar o regime federativo mediante:

1 - a autonomia dos Estados, cujos Governadores devem ser eleitos pelo voto direto;

c - Aliás, o próprio Líder da bancada situacional, em discurso quando da homologação do nome do atual Prefeito de Curitiba, manifestou total apoio às eleições diretas nas capitais, quando expressou:

"O que queremos fazer sentir ao povo do Paraná é que nós, Deputados da ARENA, Aliança Renovadora Nacional, também queremos eleições diretas dos Prefeitos das capitais". Afirmando, ainda, que "o objetivo a ser perseguido nesta escalada para a democracia plena, haja vistas, afora, a posição da bancada da ARENA, no Congresso Nacional, principalmente da sua liderança, que declarou questão aberta à apreciação da "Emenda Benevides". Por que, a direção da ARENA declarou questão aberta? Porque senti a tendência esmagadora da bancada arenista que quer efetivamente eleição direta para todos os postos onde se disputa eleição neste País".

Foram palavras do eminente Líder da Aliança Renovadora Nacional nesta Casa, Deputado Erondy Silvério.

Igualmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o atual Prefeito de Curitiba, tem ultimamente se expressado com firmeza, em favor das eleições diretas, quando manifestou, em entrevista à revista "Veja", que:

"As administrações municipais, à medida que vem sendo esvaziadas política e financeiramente, não têm condições de fazer frente a essa crescente insatisfação. A comunidade local é a base do processo democrático. Ela é o primeiro escalão a sentir o embate das reivindicações populares. No entanto, as populações não participam das decisões a ela concernentes".

Assim sendo, como todos os segmentos da sociedade passam a exigir de todos os homens públicos, posições efetivamente democráticas e libertárias, a hora "é de assumir com personalidade o que se prega e consta das cartas programáticas, fazendo ecoar aquilo que é a VOZ DO POVO".

Senhores Deputados, feitas estas considerações, cabe-nos, nesta oportunidade, conjuntamente com os nobres Deputados Nelson Friedrich e Gernote Kirinus, apresentar à apreciação desta Casa, o seguinte requerimento para a devida apreciação:

"Os Deputados que este subscrevem, atendidas as formalidades regimentais, requerem, uma vez ouvido o Plenário, um voto de apoio à Emenda Constitucional, apresentada pelo Senador Mauro Benevides, que restabelece eleições em todas as capitais dos Estados, encaminhando-se às presidências do Senado, Câmara Federal, lideranças dos partidos e todos os parlamentares paranaenses, com assento no Congresso Nacional, o apoio aqui solicitado".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Airtton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dentro da linha de raciocínio que tem por finalidade fortalecer o sistema municipalista, entendo que devemos todos, políticos, representantes de camadas diferentes da população do Estado, nos unir, em torno de uma tese, que me parece hoje, substancial, para o fortalecimento do município. Somar esforços no sentido de impedir, através dos meios políticos, dos meios legais, eleições em 1.980, para prefeitos e vereadores para um mandato de dois anos. Porque é humanamente impossível selecionarmos candidatos que possam, num curto mandato de dois anos administrar os seus municípios e participar da vida legislativa destes municípios. Todos nós estamos sentindo o quão difícil na política contemporânea é trazermos homens públicos que voltem realmente as suas preocupações para o bem comum, despidos de qualquer roupagem, que possa envolver interesses pessoais.

Para um mandato regular de quatro anos, essas dificuldades já são grandes, imaginemos o caos que nós teríamos neste País para uma eleição de dois anos, prevista nas reformas de abril e que devem, na verdade, ser condenadas e combatidas por todos nós que temos conhecimento do quase esvaziamento do município brasileiro.

E confesso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não me arriscaria, neste momento, a trazer como definitiva uma proposta para que se elimine este dispositivo das reformas mencionadas. Mas é ponto pacífico que a eleição para dois anos é um quase suicídio.

Entendo também, que deve ser feito um estudo bastante claro e bastante profundo por ambos os partidos, para que se possa chegar a uma conclusão de qual o melhor caminho a ser seguido, porque não acredito possa ser este assunto contemplado isoladamente, sob a ótica. Deve fazer parte de um elenco de providências políticas que este País precisa adotar.

E é por esta razão que não venho aqui, defender prorrogação de mandatos, o que já me recusei a fazer como Vereador, e nem sugerir um mandato de quatro ou de seis anos para aqueles que se dispuserem a concorrer em 1980, desde que mantidas as eleições.

Mas, entendo realmente importante que os políticos passem a se preocupar, com maior intensidade deste problema. E ainda dentro desta tese, de fortalecer o município, quero manifestar a minha intenção de apresentar um projeto de lei, visando o aperfeiçoamento da Lei Orgânica dos Municípios do Paraná. E, para tanto, me permito solicitar sugestões aos Srs. Prefeitos, aos Srs. Vereadores deste Estado e, ao mesmo tempo, me colocar à disposição dos Srs. Deputados da ARENA e do MDB para que se possa aperfeiçoar a Lei Orgânica dos Municípios do Paraná.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu viria a esta tribuna hoje, Sr. Presidente, no Grande Expediente, para falar sobre um dos maiores problemas que residem na região Oeste e Sudoeste do Paraná. Mas, tendo

em vista que no Pequeno Expediente é absolutamente impossível esgotar esta matéria, e tendo em vista, que o nobre Deputado Airton Cordeiro, faz aqui da tribuna, neste momento, a abordagem de um tema que já me trouxe aqui para esta tribuna, na outra Legislatura, é indeclinável nossa posição.

E considerando mais, que dele jamais eu poderia esperar um posicionamento em favor do continuismo, em favor da prorrogação de mandatos de Prefeitos e de Vereadores, absolutamente ficaria num conflito, se não aproveitasse a oportunidade, para declinar, mais uma vez, a posição que já adotamos, e não é posição isolada, é uma posição arrimada nos princípios da legitimidade.

E temos falado em legitimidade em várias oportunidades aqui, desta tribuna, porque legitimidade não se confunde com legalidade; e arbítrio não se confunde com constitucionalidade.

E o que me assusta, Sr. Presidente, é que numa altura dessa, em que se fala em reabertura ou abertura democrática, se possa dizer que o Parlamento venha a fortalecer, ou os municípios venham a fortalecer com prorrogação de mandatos. É absolutamente improcedente, datíssima vênua, um argumento desta natureza. O que precisa se fazer neste País, são reformas de base, Sr. Presidente; reformas constitucionais que representem a aspiração do povo brasileiro, deste povo sobretudo, assalariado, que está pagando o enriquecimento de multinacionais, e de grupos encastelados no Poder desde 1964. E que já vinha antes de 1964 forçando a situação daqueles que governavam o País, baseado num voto direto e secreto, levados pelo sufrágio universal.

É justamente, este aspecto que me parece, Sr. Presidente, da mais alta significação no Parlamento brasileiro.

Temas de prorrogação de mandatos não podem sequer ser aventado pelo Parlamento.

Respeito o pensamento, mas tenho que confessar minha estranheza, porque tenho na pessoa deste Deputado, um dos novos valores do Parlamento Estadual, valores respeitáveis, mas, quero colocar aqui, Sr. Presidente, para concluir, que é lamentável que o Parlamento, onde saem os debates mais legítimos da aspiração nacional, possam se falar em continuismo, em prorrogação ou outras medidas que não sejam, realmente, medidas saídas da aspiração do povo brasileiro, que está vivendo hoje em angústia.

Sr. Presidente, deixo para uma outra oportunidade, a abordagem deste assunto.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou hoje dando entrada na Casa, de um requerimento, solicitando ao Sr. Ministro da Saúde, estudos e análises visando a proibição no Brasil da fabricação de venda do produto mortal Cofibrat.

Gostaria de falar no Grande Expediente, sobre o assunto, mas, atendendo solicitação da Casa, já que teremos hoje importante palestra de membros da EMOPAR, sobre o anexo à Assembléia, nós, então, falaremos no Pequeno Expediente. (Lê):

“O povo exige que seja garantido o seu direito à saúde, isto é, alimentação adequada, melhores condições de habitação e saneamento, assistência médica de boa qualidade sem grandes filas e controle rigoroso dos medicamentos colocados à venda. As condições de saúde da população brasileira são precárias e tal situação vem se deteriorando em decorrência direta da má distribuição da renda e dos baixos salários, da pobreza e da fome, das péssimas condições de moradia e saneamento, também, de uma inadequada Política Nacional de Saúde. No início do corrente mês, o jornal “Gazeta do Povo” publicou em página inteira uma excelente matéria que versou sobre os problemas no campo da saúde.

Dentro da série “Os Desafios do Paraná ao Novo Governo” o jornalista Fábio Campana foi muito feliz ao apontar com perfeição os problemas que desafiam o nosso governo. Aproveito o momento para exaltar o trecho inicial daquela reportagem: “O Paraná poderia super-alimentar todos os seus habitantes. Mas a miséria e a desnutrição continuam sendo as causas principais da mortalidade no Estado. A renda média do paranaense situa-se abaixo da renda média do brasileiro. Cerca de setenta e cinco por cento dos que trabalham recebem menos de dois salários mínimos mensais. Somos mais de um milhão de deserdados no campo: os bóias-frias, expulsos da terra, vivendo em condições de extrema precariedade. Esse é o destino provável da maioria dos pequenos produtores. A grande parte da população não tem acesso às condições mínimas de alimentação, higiene e habitação. Por isso, somos um povo doente. Dos duzentos e noventa municípios, apenas cento e cinquenta e cinco são servidos pelo sistema de abastecimento de água, que atende a pouco mais de dois milhões de habitantes. Menos de 1/4 da população. Os serviços de esgotos atendem a uma população ainda menor. Praticamente inexistente no interior em Curitiba vai atender a quarenta e seis por cento da população a nova estação de tratamento. Nestas condições, morre-se de causas evitáveis associadas à desnutrição e à falta de saneamento. Doenças como difteria, coqueluche, sarampo, tétano, poliomielite e das diarreias fazem suas vítimas.

Há uma relação estreita entre deficiências alimentares e infecções, uma relação íntima entre desnutrição e desenvolvimento físico. O desnutrido é um indivíduo com imunidade reduzida, vulnerável a infecções. O sarampo, por exemplo, é uma doença benigna, mas se torna fatal entre os desnutridos que demonstram já nos primeiros anos de vida uma deficiência física e mental irreversível. Observa-se, inclusive, que as células nervosas sofrem reduções de quarenta a cinquenta por cento.

Aí está, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma verdade incontestável de nossos dias. A população brasileira vê aumentar progressivamente o índice de mortalidade infantil, na mesma proporção em que vê decrescer o poder aquisitivo do povo. Sabemos que a atual política imediatista do Ministério da Saúde não é a solução adequada para os graves problemas que afligem a nossa gente. A política oficial de saúde tem se caracterizado por atitudes superficiais, tais como a distribuição de “milk-shakes”, a título de suplementação alimentar, o que muito certamente não diminuirá o percentual de brasileiros desnutridos. Mesmo porque o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição nem mesmo controla a distribuição dos mantimentos expedidos, pois aqui mesmo em Curitiba, tivemos o lamentável fato do desvio deste tipo de material, que foi comercializado no município de Campina Grande do Sul. São irregularidades imperdoáveis e que merecem o nosso protesto.

A saúde é um direito inalienável do homem, como consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos da O.N.U., também assinada pelo Brasil, e portanto deve ser garantida pelo Estado. Não é justo assim, que o INAMPS, sob pressão das empresas médicas, incentive a comercialização da medicina. Além disso, cabe ressaltar as consequências danosas do excesso de medicamentos, colocados no mercado pelas indústrias farmacêuticas multinacionais, e que são vendidos a preços exorbitantes e sem controle, prejudicando também a saúde. É o caso dos produtos farmacêuticos à base de CLOFIBRATE usados para baixar as taxas sanguíneas de gorduras, inclusive do colesterol. Eles foram proibidos de fabricação e venda na República Federal Alemã, pelo Departameto Federal de Saúde a partir de 15 de janeiro de 1979, depois de apurada análise de seus males. Houve maior incidência de outras enfermidades mortais no



grupo tratado com o CLOFIBRATE do que no grupo não tratado. A revista alemã "Der Spiegel", de 25 de dezembro de 1978, publicou a seguinte declaração oficial da Secretaria Federal de Saúde: "Os pacientes tratados com CLOFIBRATE apresentam uma taxa de mortalidade maior do que a do grupo-controle de doentes aos quais o medicamento não foi administrado". A proibição de fabricação e venda do CLOFIBRATE na República Federal Alemã resultou de estudos realizados sob o patrocínio da Organização Mundial da Saúde iniciados em 1975 pelo "National Heart and Lung Institute", dos Estados Unidos da América. Já nessa oportunidade o medicamento deixou de ser recomendado para doentes com afecções coronarianas. No Brasil os médicos tem sido induzidos por hábil propaganda, que omite os estudos realizados, a receitarem produtos à base de CLOFIBRATE a doentes com níveis elevados de lipídios sanguíneos. Entre os fabricantes do produto proibido merece atenção especial a empresa alemã Merck, que certamente não ignorando as experiências realizadas no exterior desde 1975 e debatidas na Alemanha em 1978, licenciou seu CLOFIBRATE no Brasil em fins de 1978. O povo brasileiro está consumindo remédio alemão proibido na Alemanha. Por isso estamos fazendo apelo ao Senhor Ministro da Saúde para que o assunto seja estudado urgentemente, culminando com a proibição de venda e fabricação de quaisquer produtos farmacêuticos à base de CLOFIBRATE, medicamento mortal, segundo o próprio Secretário Geral da Associação Médica do Rio de Janeiro, Dr. Mário Victor de Assis Pacheco.

Ao encerrar este meu pronunciamento de hoje, sobre os problemas de nossa saúde, quero deixar aqui um alerta às nossas autoridades: a classe médica deve ser respeitada e prestigiada, para poder desempenhar a contento sua bela profissão, beneficiando desta forma a população brasileira. Digo isso porque correm rumores de que um político será indicado para a Superintendência do INAMPS no Paraná.

Entendemos que o INAMPS deva ser administrado por um médico ou por um técnico do assunto, mas jamais por um político desvinculado da área, apenas para acertar composições partidárias. Infelizmente a lei permite que um elemento de outra área de atuação assumam tão importante cargo, mas a tradição vem sendo mantida, pois há anos que a chefia do órgão é exercida por capacitados integrantes do próprio quadro do INAMPS. Não estamos aqui avaliando ou analisando a capacidade política ou nome do político cogitado para tal setor, mas contestamos a presença de um político em detrimento de um médico ou de um técnico. Somente uma questão de bom senso e de justiça. Inclusive protestamos aqui contra as palavras do atual Ministro da Previdência Social, que afirmou taxativamente que gostaria de dar cargos a arenistas. Não podemos comungar com este tipo de pensamento discriminatório. Principalmente porque não se deve brincar com a saúde do povo."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sem querer entrar no mérito, só para informar ao meu prezado amigo Mário Celso, o Sr. Cleverson Teixeira irá para a Superintendência do INPS no Paraná; o INAMPS será dado a um médico aqui do nosso Estado. (Lê):

"Sr. Presidente, em decorrência de que o prazo de prorrogação para pagamento das Notas Promissórias Rurais já se está esgotando (30 de abril de 1979), e os Bancos estão pressionando os agricultores de todas as formas, especialmente as Agências do BANCO DO BRASIL e BAMERINDUS (não liberando financiamentos de custeio e investimento; na comercialização do produto não liberam cheque cruzado sem o

pagamento das aludidas NPRs, ameaçam cortar o CHEQUE OURO dos que possuem etc), em torno de 900 (novecentos) agricultores, da região Oeste, e Sudoeste do Estado, vítimas da Lei 167, de 14/02/1967, que regulamenta as aplicações das NPRs, reuniram-se na cidade de MEDIANEIRA, dia 21 de março de 1979, promovida pela Pastoral da Terra, com a participação de Representantes de todos os Sindicatos de Trabalhadores Rurais das duas regiões citadas e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná para, mais uma vez, junto às autoridades competentes, apresentar as reivindicações para solução do problema.

"E quando dizemos mais uma vez é porque, incansavelmente, desde o surgimento dos primeiros problemas criados com as mencionadas NPRs, as Entidades Sindicais Trabalhistas Rurais vêm combatendo esse tipo de obrigação, imposta de uma forma insensata ao agricultor, ora através de pronunciamentos, entrevistas a jornais, telex enviados às autoridades competentes para solução do problema, tendo sido, inclusive, assunto dos Encontros Regionais realizados em nosso Estado no decorrer de 1978 e do Encontro Final, realizado em agosto do mesmo ano. Este último documento, reivindicatório em essência, também foi encaminhado a todas as autoridades identificadas ao assunto.

"Somente entre os agricultores presentes na reunião realizada em Medianeira, estimou-se em mais de quarenta milhões os prejuízos com as NPRs, considerando que em torno de cinquenta por cento já haviam efetuado o pagamento, porque necessitavam de liberação de crédito o que não deixa de ser um pagamento feito sob coação.

"Por outro lado, os agricultores responsabilizam os Diretores das Firms Falidas (FRIMESA E COMABRA). E ainda mais, as agências bancárias daquelas regiões já tinham conhecimento da falência e, mesmo assim, continuavam a emitir outras Notas Promissórias Rurais, em prejuízo dos agricultores e criando um clima de tensão social.

"Mesmo após a falência (ou concordata) a FRIMESA continuou recebendo produtos, em troca apenas da Nota Fiscal, sendo que até hoje, ainda não efetuou o pagamento respectivo.

"Há a considerar, ainda, que o sistema financeiro, em decorrência do Modelo Agrícola Brasileiro ampara o capital e não o produtor."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós estamos tomando conhecimento pela imprensa falada e escrita, bem como a televisionada, principalmente o Ministro da Agricultura, o próprio Ministro da Fazenda, o que assume ou assumiu recentemente a direção do Banco do Brasil no Paraná, o Dr. Alécio Vaz Primo, e também estamos agora assistindo a própria Secretaria da Agricultura do Paraná, através do novo Secretário, Deputado Reinhold Stephanes, de também participar nesta luta para a extinção da nota promissória rural, com o aval do lavrador. É realmente uma nota alvissareira.

Portanto, o que nos preocupa no momento, é que a própria direção do Banco do Brasil diz que até o final do ano serão regulamentadas as notas promissórias rurais, eliminando, desta forma, o aval do lavrador que vende o seu produto.

Agora, o que nos preocupa no momento é que as notas promissórias rurais em vigência, ou que já foram lançadas e avaliadas pelos lavradores, elas têm o seu final, o seu prazo final, que já foi prorrogado até 30 de abril deste ano. E nós gostaríamos inclusive, provavelmente na semana que vem, estaremos apresentando aqui requerimento nesta Casa, solicitando, já que o próprio Banco do Brasil diz que este ano haverá uma mudança na maneira e na forma da emissão das promissórias rurais, tirando esse compromisso do lavrador,

nós iremos apresentar um requerimento para que, já que não há possibilidade de extinguir essas notas que foram emitidas, que se faça a prorrogação destas mesmas notas promissórias rurais até o final do ano, para dar tranqüilidade a esses lavradores que, hoje, estão angustiados. Porque está havendo dois fatos interessantes: um, é a própria direção do Banco do Brasil, ou de outros bancos que atuam na área, dizendo que não há cobrança, que não há coação, que as notas estão liberadas e que, de maneira nenhuma, os bancos estão fazendo qualquer pressão sobre o agricultor para que pague as mesmas.

Por outro lado, esses mesmos lavradores se reúnem, constantemente, através de suas entidades de classe e trazem a denúncia de que estão sendo coagidos, pressionados a liquidarem com as notas promissórias rurais, junto aos estabelecimentos bancários.

Então o que gostaríamos é que o Banco do Brasil, o Bamerindus, ou outros bancos envolvidos, dessem um esclarecimento definitivo à praça, dizendo que os lavradores, avalistas das promissórias rurais, pudessem ficar realmente tranqüilos que não seriam de maneira nenhuma, cobradas quaisquer despesas com referência a essas notas.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — De acordo mantido com as Lideranças, não há oradores inscritos para o Grande Expediente.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, não foi concedido o horário destinado às Lideranças. Existe um Deputado de minha bancada, o nobre Deputado João Mansur, que desejava usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa o nobre Deputado que, de acordo com entendimento com as bancadas, havia sido sustado o Grande Expediente, bem como o horário reservado às Lideranças.

O SR. JOÃO MANSUR (Pela ordem) — Sr. Presidente, quero apenas lamentar esse entendimento das bancadas, porque eu havia acertado com a Liderança do meu Partido, que faria um pronunciamento, hoje. E cujo teor já distribuí à imprensa.

Lamento e quero deixar registrado este meu protesto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, cabe inteira razão ao nobre Deputado João Mansur, porquanto, desde ontem, o horário da Liderança da ARENA estava reservado a Sua Excelência. E, desse entendimento, Vossa Excelência há de convir que não participei, porque estava no Salão Nobre da Presidência, em companhia do nobre Deputado Nilso Sguarezi, atendendo os Srs. Membros do Tribunal de Justiça do Estado, Presidente, Corregedor, que vieram em visita a este Legislativo tratar de assuntos do interesse da Justiça do Paraná.

Portanto, faria um apelo a Vossa Excelência, Sr. Presidente, para que reconsiderasse e concedesse a palavra ao Sr. Deputado João Mansur, porque, realmente, desde ontem, já havia sido reservado o horário destinado à Aliança Renovadora Nacional ao nobre Deputado João Mansur.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa reconsidera e reafirma que, de acordo com entendimento das Lideranças, foi sustado o Grande Expediente, bem como o horário reservado às Lideranças.

A Mesa atendendo solicitação do nobre Deputado, concede a palavra ao nobre Deputado João Mansur, dentro do horário reservado à Aliança Renovadora Nacional.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhamos à Mesa da Assembléia um requerimento

que esperamos contar com o apoio dos Srs. Deputados com assento nesta Casa, requerimento dirigido a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, no sentido da sustação da construção da barragem do Rio Miringuaba, e da construção das barragens dos Rios Iraí e Piraquara 2.

E passamos a justificar este nosso procedimento: (Lê) "JUSTIFICATIVA:

Assunto: Justificativa para que seja dada a prioridade de construção às barragens do Iraí e Piraquara II e para a não construção da Barragem do Miringuaba a curto prazo.

Autor: Deputado JOÃO MANSUR.

1. Como é fato sabido, a Região Metropolitana de Curitiba tem suas condições de terreno extremamente difíceis, primeiramente porque pouco de suas terras se prestam aos tratos agrícolas, pois de maneira geral, o que é melhor na região é igual as piores terras do Oeste e Sudoeste paranaense, e em segundo lugar porque as reservas hídricas capazes de abastecer suas áreas urbanas ou situam-se muito distantes, ou encontram-se sensivelmente comprometidas com problemas de poluição e mesmo contaminação já que grande parte de seus mananciais situam-se em áreas sob franco processo de ocupação urbana.

2. Como também é fato sabido, o processo de urbanização que vem ocorrendo na região - de forma semelhante ao que vem ocorrendo no Estado - traz em seu bôjo toda sorte de crises sociais, com o homem ressentindo-se cada vez mais em suas necessidades mais básicas de subsistência. Parece claro, que grande parte do problema deve-se ao fato da cidade estar funcionando como um cenário de ilusão para o sofrido homem do campo, que nela vem buscar a melhoria de seus padrões de vida. Porém, como essa mesma cidade não tem estrutura para recebê-lo, ele é marginalizado do circuito produção/consumo, sofrendo na carne todas as conseqüências da crise urbana que ora vivemos: escassez de habitação e transportes, insalubridade, isolamento social, falta de escolas, violência e criminalidade, etc..., isso sem falar no problema da fome.

3. Cada vez mais se acelera o êxodo rural. As áreas urbanas da região Metropolitana tornam-se a cada dia mais e mais congestionadas.

Maiores quantidades de investimentos públicos são necessários para atender menor quantidade relativa da população.

Maiores percentuais do povo vê diariamente denegrida sua condição de ser humano.

Julgamos evidente que é chegado o momento de realmente se criar soluções alternativas de vida para o homem do povo, que não seja aquela de viver em aglomerados urbanos.

Hoje em dia, torna-se necessário, dispendir todos os esforços possíveis para fixar o homem ao campo, portanto, urge que se operacionalize de forma firme e efetiva uma política de dinamização do setor primário da produção. É urgente também que seja tomado o devido cuidado por parte dos órgãos governamentais, no sentido de que, a criação de suas grandes obras não venha provocar a expulsão do homem do campo, tirando-o de áreas férteis para forçá-lo a migrar aos centros urbanos onde, no mais das vezes, se iniciará seu processo de deteriorização, uma vez que ele dificilmente encontra-se preparado para ser absorvido pelo sistema industrial-urbano de produção, que já encontra-se francamente saturado de mão-de-obra não especializada.

Tal é o caso típico que inevitavelmente no Município de São José dos Pinhais que podendo inundar 15 km<sup>2</sup> de terras férteis já está a gerar toda sorte de apreensões para o povo e autoridades locais pelos sérios transtornos sócio-econômicos que ocasionara, não só ao município, como à própria Região Metropolitana e ao Estado, uma vez que imensas áreas cultivadas serão perdidas, perdendo-se junto, boa parte do mais

puro patrimônio histórico-cultural da colonização polonesa em nosso Estado, ponto alto do acervo da memória histórica metropolitana.

4. Para nosso melhor posicionamento, façamos uma rápida análise daquilo que podemos reputar como um dos sérios problemas de base de nossa Região Metropolitana, qual seja, suas reservas hídricas e seus sistemas de abastecimento de água potável.

Ao observador atento, o simples conhecimento da posição geográfica de Curitiba e arredores, deixa perceber a dificuldade de abastecer de água toda essa população, pois não possuímos grandes e fartos rios, mas tão somente as frágeis nascentes do Rio Iguaçu, nosso grande abastecedor. Como se isso não bastasse, as áreas urbanizadas da região foram se desenvolvendo a partir do vale desse rio, apresentando hoje, grande concentração demográfica junto às suas principais cabeceiras onde são evidentes os sintomas de degradação do meio natural.

5. Objetivando sistematizar a utilização de nossos mananciais, em 1975, a Consultoria Planhido executou o Plano Diretor de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Curitiba. Nesse estudo foram propostas 3 alternativas para abastecer de água essa região. Duas delas, utilizando as bacias hidrográficas da Várzea e do Assungui, ambas distantes dos locais de consumo, solicitando tecnologia complexa e elevadíssimos custos de investimento. A outra, utilizando a Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu, utilizando, sem regularização os rios localizados acima da estação de captação da BR-277, com apenas barreamento no Rio Caiguava (Barragem do Piraquara I). Propunha-se também, barreamento nos Rios Pequeno e Miringuava.

6. Em 1977, ao serem desenvolvidos os estudos para o planejamento integrado da Região, a COMEC propôs a criação de um conjunto de mais duas barragens - do Iraí e Piraquara II - não incluídas no PLANO DIRETOR DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA REGIÃO, o que viria a otimizar o Sistema de Captação do Alto Iguaçu. Essa proposta foi aprovada, estando incluído no PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. Cumpre, porém, lembrar que, embora a proposta fosse consistente, pouco ou quase nada foi feito para a efetiva execução dessas barragens, quicá, pela falta de sintonia entre os objetivos e as articulações entre os órgãos inter-setoriais do Governo.

7. Vamos nos ater um pouco mais na análise do sistema de captação do Alto Iguaçu, por ser este prioritário, e cujas obras de base e instalações já foram implantadas prevendo ampliações futuras em suas capacidades.

Os rios componentes desse sistema são o Palmital, Iraí, Piraquara, Pequeno e outros. Esses rios, sem a devida regularização, mais as águas regularizadas pela barragem do Caiguava (Piraquara I), são capazes de contribuir com uma vazão da ordem de 3m<sup>3</sup>/s. Temos ainda, o Rio Miringuava que, com barreamento, poderia contribuir com outros 2m<sup>3</sup>/s.

Considerando que o abastecimento da CIC - Cidade Industrial de Curitiba, deverá ocorrer proximamente pelo Sistema do Passaúna, a população a ser abastecida em 1979, pelo Sistema do Alto Iguaçu, é, segundo projeções demográficas da COMEC, da ordem de 1.111.000 habitantes, incluindo Curitiba, Piraquara, Quatro Barras, Colombo, São José dos Pinhais, Campina Grande do Sul e Almirante Tamandaré.

8. A proposta da COMEC de construir as outras duas barragens (Iraí e Piraquara II), no Sistema do Alto Iguaçu, propiciará aumentar, a custos compatíveis, essa vazão regularizada de 3m<sup>3</sup>/s para 6 a 8m<sup>3</sup>/s (sem barreamento no Rio Miringuava) em termos práticos, isso quer dizer, a possibilidade de abastecer cerca de 3.000.000 pessoas, o que, guardadas as atuais taxas de crescimento, poderia ocorrer no ano 2000.

Convém lembrar ainda, que existe a possibilidade de aproveitar para abastecimento de água, parte das águas represadas no

Capivari, jogando-as para o Sistema do Alto Iguaçu, parecendo necessitar inclusive de poucas obras de recalque, pois situa-se o Capivari, em cotas topograficamente mais altas. Esse fato que viria aumentar em muito a vazão regularizada do Alto Iguaçu.

Considerando-se o funcionamento das represas hidrelétricas em execução no Estado, essa possibilidade nos parece merecedora de sérios estudos.

9. Porém, tem-se aqui uma situação de dicotomia tal, que dependendo apenas da decisão do Poder Executivo de como, quando e onde fazer, que tipo de obras, ter-se-á, ou a possibilidade de garantir o abastecimento de água sem prejuízos sócio-econômicos para a região ou causar danos irreparáveis tanto ao Sistema de Abastecimento de Água futuro como ao uso do Solo Regional, à preservação do acervo histórico-cultural e à economia rural, nesse último caso, especificamente para São José dos Pinhais, que vem alcançando destaque a nível estadual em produção hortifrutícula, como é o caso do repolho (36% da produção estadual), alface lisa (30%), repolho roxo (93,5%) e batata doce (75,6%), entre outros.

10. Considerando-se a séria problemática do abastecimento de água da região, vale a pena ressaltar que um de seus graves problemas diz respeito à poluição dos mananciais devido ao uso indiscriminado e aleatório do solo. As cabeceiras do Iguaçu especialmente nas áreas onde foram propostas as barragens do Iraí e Piraquara II, devido a sua topografia plana, ao fácil acesso e a proximidade da capital, são palco de intenso processo de especulação imobiliária.

Se não houver uma tomada de posição imediata dos órgãos executivos responsáveis, além de vermos inviabilizada a construção dessas duas barragens, veremos também concretizado o processo de degradação hídrica que ora presenciemos.

Se isso não bastasse para mostrar a necessidade urgente de criação dessas barragens, poderíamos citar outros fatores que essa obra tem aliado a si e que são altamente significativos para a região, como é o caso:

- da manutenção e preservação do lençol subterrâneo de água e que garantirá o abastecimento a longo prazo;

- do aumento considerável da disponibilidade de Águas do Sistema do Alto Iguaçu, a custos relativamente reduzidos;

- da substituição da barragem prevista no Rio Pequeno, inviabilizada pelo novo traçado da ferrovia a Paranaguá, etc.

11. A criação da represa do Miringuava, para que não gere os problemas já mencionados - está a envolver outras soluções além daquelas estritamente técnicas de uma obra de Engenharia e de uma burocracia de desapropriação;

- está a envolver o equacionamento por parte do governo, de forma a que a região e o Estado não percam os valiosos espécimes de nosso acervo histórico-cultural sobre a migração polonesa no Paraná, como é o caso das edificações do cemitério da colônia Muricy, datando de sua fundação, localizado em área a ser inundada e cuja remoção ocasionará sérios e graves problemas de ordem material, moral e religioso.

No ano de 1978, essa colônia completou 100 anos de existência, e recebeu do governo estadual e municipal, série de melhorias e foi, pelo seu valor cultural, amplamente divulgado pelos veículos de comunicação, pela sua representatividade cultural ao nosso povo.

Está também a envolver o equacionamento por parte do governo, para as perdas na produção agrícola de São José, pois inundar-se-á vasta quantidade de áreas férteis e isso numa região metropolitana quase isenta de solos férteis.

Está a envolver a solução por parte do Governo, para as perdas das áreas que abrigam os rebanhos de gado e cavalos, as criações de porcos e galinhas que se não tem grande expressão na economia estadual contribuem com muito para o mercado alimentício local e regional.

Por fim, estará a envolver a solução para os problemas

sociais que advirão e que julgamos da mais alta relevância, e pelo que os moradores daquela área estão tão seriamente preocupados que fizeram abaixo assinado com 412 assinaturas, de forma a registrar sua posição contrária à execução dessa barragem e frente ao qual se solidariza o Poder Executivo Municipal, pelo que estaria significando ao seu município e aos seus munícipes, a perda de tantos milhões de metros quadrados de áreas aproveitadas ou aproveitáveis.

13. Não somos frontalmente contrários à execução da barragem do Miringuava, pelo contrário, acreditamos que ela deverá ser criada, a seu devido tempo, porém, e é lógico, após a solução de todos os problemas que acarretará.

14. O que perguntamo-nos agora, é porque será tão difícil aos órgãos executivos perceberem a necessidade premente de garantir de forma imediata os mananciais situados em Piraquara, mesmo quando devido às colocações do Prefeito Municipal o assunto tenha sido objeto de tantas polêmicas, inclusive pela imprensa?

Por que será tão difícil aos órgãos executivos perceberem os problemas sociais, econômicos e histórico-culturais, que advirão com a represa do Miringuava, tornando mesmo, necessária uma tomada formal de posição contrária pelo povo e pelo poder público local que está procurando levar ao conhecimento do poder público estadual todos os problemas que surgirão e que até o momento não foram sequer debatidos a nível de governo?

15. De um lado, temos o Município de Piraquara realizando uma verdadeira batalha para que sejam construídas as barragens do Iraí e Piraquara II - mostrando que o poder público local não tem condições de controlar o uso do solo para proteger os mananciais e garantir o abastecimento de água não só para uma população, mas de mais de 1.100.000 habitantes.

De outro lado temos o Município de São José fazendo relatórios para argumentar, provar e comprovar que a construção do Miringuava trará danos irreparáveis ao povo e ao Município com suas vantagens ficando muito aquém dos prejuízos que fatalmente causará.

16. E perguntamo-nos agora, de que lado estão os órgãos estaduais responsáveis que fazem exatamente o contrário do que são as aspirações e necessidades dos municípios, da região e do povo?

Enfim, de que lado estão esses órgãos que parecem não conseguir programar suas obras, tendo por base suprir as necessidades do povo, e não as necessidades de alimento para suas vaidades individuais?

17. Concluindo:

Parece cristalina a necessidade de haver uma prioridade na construção dessas obras.

(a) Deputado JOÃO MANSUR

ANEXOS:

1. Cópia do Relatório Preliminar sobre o novo conjunto de barragens nas sub-bacias do Iraí e Piraquara.

2. Cópia do Estudo Preliminar dos Reservatórios nas cabeceiras do Rio Iguazu.

3. Cópia do Relatório da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, referente a posição contrária à execução de barragem do Miringuava.

4. Cópia de correspondência trocada entre a COMEC e SANEPAR."

Razão porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupamos a tribuna na tarde de hoje, pedindo a compreensão dos Srs. Deputados no encaminhamento do requerimento que enviamos à Mesa, a fim de que Sua Excelência o Governador do Estado, ouvindo os órgãos responsáveis por este problema, possa vir de encontro às aspirações da população do município e das autoridades de São José dos Pinhais. E tenho certeza, que assim nós haveremos de manter e de garantir o abastecimento de água desta Capital, sem prejudicar centenas de homens que estão radicados, principalmente na Colônia Muricy, sem prejudicar

aquilo que eles têm de mais caro, que é o seu cemitério, e onde estão sepultados os seus entes mais queridos.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao agradecer a atenção das lideranças dos dois partidos que houveram por bem me conceder estes minutos para que eu pudesse trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados, porque trata-se de um assunto sério e que precisa ser atacado de imediato, a fim de que os órgãos que vêm atuando nesta área, e que são diversos órgãos atuando paralelamente, todos eles, tentando atingir o mesmo objetivo, se encontre ou melhor, se reencontre para trazer a São José dos Pinhais, a Piraquara e a Curitiba, uma solução que venha de encontro com tudo aquilo que nós esperamos e que desejamos.

O Sr. Quíelse Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa comunica ao nobre Deputado que lhe concede mais um minuto, de acordo com o Regimento Interno, para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. JOÃO MANSUR — Eu concedo este minuto para o aparte solicitado.

O Sr. Quíelse Crisóstomo — Vossa Excelência, com brilhantismo, lembra um problema de saneamento básico discutido por muitas vezes em Congresso brasileiro. Lembro-me que em 1963, num congresso brasileiro de engenharia sanitária em Curitiba, este tema foi debatido como medida profilática, que devesse ser iniciado o planejamento já naquela época. E hoje, 1979, ainda Vossa Excelência se faz o mensageiro primeiro, aqui nesta Casa de Leis, lembrando que ainda é tempo, apesar de já passados 16 anos, ainda é tempo, porque Curitiba, considerada naquela época, e considerada graças aos urbanistas e engenheiros que ocuparam a Prefeitura de Curitiba, ainda até hoje, a capital da residência da família brasileira, porque, infelizmente, medidas como estas, sugeridas por Vossa Excelência, já não mais poderão resolver o problema, por exemplo da Capital de São Paulo, por exemplo, do Rio de Janeiro, da cidade de Guanabara, e muitas cidades, muitas capitais do nosso Brasil.

Faço pois, uma intervenção para cumprimentá-lo, nobre Deputado João Mansur, como engenheiro civil e sanitarista, exerci minha profissão por longos anos, nesse ramo, para dizer, de que haverei de estar solidário com Vossa Excelência, nesta iniciativa, porque a nossa representação deve ter como principal objetivo, o bem estar do nosso povo.

E o seu pronunciamento está dirigido neste mister.

Parabéns, nobre Deputado, muito obrigado.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre Deputado Quíelse Crisóstomo, aparte muito valioso, que parte de um sanitarista que conhece perfeitamente o problema, e mais do que isso, de um Deputado e de um homem que tem militado muito, tanto no Município de São José dos Pinhais, como no Município de Piraquara.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança do MDB, se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. DENI SCHWARTZ — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos a oportunidade, nesta tarde, de ouvir do eminente Deputado Airton Cordeiro, uma preocupação que, diga-se de passagem, é altamente válida.

O Deputado Airton Cordeiro lançou aos ares desta Casa, e ao Paraná, uma dúvida que não se definiu inclusive, ser pela prorrogação ou pela não prorrogação, mas, evidentemente, e nisso acordamos com o ilustre Deputado, não é possível que, graças ao "pacote de abril", Prefeitos venham de ser eleitos por apenas dois anos.

Cabe-me, na oportunidade, eminentes Deputados, posicionar o nosso Partido, com relação ao assunto prorrogação ou não. O MDB é contra a prorrogação de qualquer mandato eletivo, aliás, não só o MDB mas a própria ARENA, seus estatutos também prevêm, praticamente, a não prorrogação de mandatos.

A posição do MDB é contra a prorrogação de mandatos. Tem o aparte o Deputado Quielise Crisóstomo.

O Sr. Quielise Crisóstomo — Eu diria, agradecendo a oportunidade que V. Ex.<sup>a</sup> nos confere, dizer-lhe que, de minha parte, nós não somos favoráveis à prorrogação de mandatos. Eu, particularmente, sou favorável à coincidência de eleições, porque o nosso trabalho, como parlamentar e o trabalho dos executivos municipais, dos Srs. Prefeitos, são, periodicamente, com as eleições que se sucedem de dois em dois anos, e estas se intercalam com as eleições dos diretórios de ano em ano, nós verificamos que temos eleições quase todos os anos e nós políticos, que militamos, não podemos nos abster de declarar dos problemas relacionados às eleições, todas elas, eleições de diretórios, eleições de Prefeitos e eleições de Deputados.

Quero, pois, dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que gostaria que houvesse uma fórmula de não prorrogar mandato de ninguém, porque cada gestão deve ser precedida de uma eleição. Mas que houvesse também uma fórmula de nós conseguirmos as eleições. Este é o meu pensamento.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte e chegáramos exatamente, talvez, na grande diferença entre o ponto de vista do nobre Deputado, respeitável sobre todos os aspectos, e o ponto de vista deste Deputado. Não podemos admitir, Srs. Deputados, que se fale em prorrogação de mandatos pela dificuldade econômica que vive o País, porque em momentos de dificuldades talvez maiores, as eleições foram realizadas.

Não somos contra a prorrogação dos mandatos por um argumento que, para mim, é altamente primário e que, inclusive, companheiros nossos têm usado, nós não somos contra a prorrogação de mandatos pelo simples fato, como querem alguns, de que isto dificultaria o eleitor que teria que votar em oito, nove nomes, ele que erra muito ao votar em três ou quatro nomes.

O Sr. Airton Cordeiro — Permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Só um momentinho.

Nós somos contra a prorrogação de mandatos por sermos também exatamente contra a coincidência de mandatos. Nós, do MDB, achamos que as eleições são de efeito altamente didático e não podemos concordar que uma eleição, qualquer que ela seja, tenha o condão de perturbar a administração pública, e aí está o erro de conceituação.

Na verdade, Srs. Deputados, não houvesse uma Lei Falcão, a calar o Deputado, a calar o Prefeito, o Governador, até o próprio Presidente da República, se a lei fosse cumprida, não haveria tantos gastos públicos.

Se de um lado, para o Governo, seja ele da ARENA ou do MDB há necessidade de parar, é porque é um erro, porque nós, homens da ARENA ou do MDB que eventualmente sejamos da Oposição e não temos a máquina na mão, não paramos coisa nenhuma. Então o argumento é furado.

Não tendo o que parar, demonstra que aqueles que têm o poder na mão, não têm necessidade de parar. O argumento de que as administrações públicas param quando há eleições, não é um argumento correto, a não ser que admitamos a corrupção eleitoral do poder público.

O Sr. Trajano Bastos — Permite-me um aparte, nobre Deputado Deni Schwartz. — (Assentimento)

Sr. Deputado, o que nos estarrece, diante do ponto de vista levantado pelo ilustre Deputado Airton Cordeiro, muito embora respeitemos o ponto de vista de S. Ex.<sup>a</sup>, é que o nobre Deputado pretendeu confundir prorrogação de manda-

tos com fortalecimento de municipalismo.

Fortalecer municipalismo, é lutar pela reforma tributária, devolvendo autonomia tributária e fiscal aos municípios. O que é necessário, é a luta pela revogação "in totum" do "pacote de abril", devolvendo à Nação, o direito a eleições livres e dentro dos calendários previstos.

Prorrogação de mandatos, nobre Deputado, nada tem a ver com o fortalecimento do municipalismo, prorrogar mandatos, é impedir o povo que exerça o direito do voto e, portanto, a prática democrática, prorrogar mandatos é eternizar o arbítrio e a prepotência, claramente expressos no famigerado e ditatorial "pacote de abril".

Muito obrigado.

O Sr. Airton Cordeiro — Permite-me um aparte, V. Ex.<sup>a</sup>? (Assentimento).

Eu gostaria, de pronto, de esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> e a este Plenário, porque concluo que o meu pronunciamento não foi bem entendido pelos nobres Deputados. Em momento algum, nem desta tribuna, nem em qualquer outro instante, defendi prorrogação de mandatos. E permito-me ler as notas taquigráficas do meu pronunciamento, onde, levantando o tema, eu como que conclamava esta Casa a somar os seus esforços ao trabalho de outros políticos, para que se encontre a solução para a conjuntura política brasileira de hoje, firmando uma posição contra as eleições de 1980, para o mandato de dois anos, porque isto significaria a falência do sistema municipalista brasileiro.

É bom que de pronto se esclareça, por entender que é humanamente impossível que um Prefeito administre em dois anos o seu município com racionalidade. Confesso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não me arriscaria, neste momento, a trazer como definitiva, uma proposta para que se elimine este dispositivo das reformas mencionadas, mas é ponto pacífico que a eleição para dois anos é quase um suicídio, do ponto de vista do fortalecimento dos municípios.

Mais adiante afirmei, — é por esta razão que não venho aqui, neste instante, defender prorrogação de mandatos, ou que me recusei a fazer como Vereador, para não assumir uma posição de advogar em causa própria, e nem sugerir um mandato de seis anos, para aqueles que se dispuserem a concorrer em 80, desde que mantidas as eleições. E por que esta posição?

Porque não tenho convicção, também, de que a coincidência de mandatos será boa; seja útil para o aperfeiçoamento político. Deixo clara a minha posição, em nenhum momento defendi prorrogação de mandatos porque, inclusive, e posso invocar testemunho aqui de companheiros, que estiveram na Câmara Municipal, na mesma Legislatura em que estive, sempre afirmei que quando um povo delega um mandato, por prazo certo, ele o faz com a consciência que está conferindo um mandato para ser representado naquele período.

Presto este esclarecimento como também devo expressar a minha estranheza ao Deputado Fidelcino Tolentino, que fez referências da tribuna ocupada por V. Ex.<sup>a</sup> neste instante, Deputado Deni Schwartz, e a bem da verdade, já recebi de S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, as devidas explicações pessoais.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — As minhas primeiras palavras foram a minha afirmativa de que V. Ex.<sup>a</sup>, em seu pronunciamento, não havia se definido pela prorrogação ou não, o que o isenta e me isenta de que estejamos a debater aqui, algum ponto firmado. Nós temos um ponto firmado. Somos contrários à prorrogação e, por isto, somos contrários à coincidência de mandatos. Porque não estão, nestes argumentos menos nobres, de dificuldade financeira ou de que há necessidade de que o Prefeito pertença ao mesmo Partido do que o Governador, não estão aí as raízes das dificuldades dos Municípios, do Estado e do próprio Governo Federal, estão na quebra da



Federação Brasileira, estão na quebra da independência dos Municípios, estão na quebra da independência do próprio Governo do Estado, que passa a ser gerenciado e não governado, do município, que passa a ser um tutelado.

E aí eu acredito, e V. Ex.<sup>a</sup> levantou um tema, nos pedindo para somarmos esforços; num estudo das causas é que nos devemos ater.

Por isso, Srs. Deputados, o MDB é contra a prorrogação do mandato, pelo menos os Deputados com os quais eu tenho conversado e a própria ARENA, volto a citar o seu programa, quando diz o seguinte: — “para atingir o objetivo proposto, a ARENA pretende estruturar o Estado de Direito que obrigue a rotatividade periódica dos mandatários, nos termos da Constituição”.

É por isso, que é simples a solução para todos estes problemas; basta a revogação do “pacote de abril”; pacote este que o nosso Partido, desde a primeira hora tem combatido; e combatido veementemente, pacote esse que demonstra os monstrenhos que são paridos como esse do “Riacho Fundo”; monstrenho que foi parido, exatamente, pela falta naquele acessoramento ao Sr. Presidente da República, da classe política. Reunem-se três ou quatro homens e impõem à Nação sem ouvir, inclusive o próprio Partido do Governo que não foi ouvido. Impõem à Nação, um pacote que traz todas essas conseqüências.

Somaremos nossas forças, num estudo, da reestruturação deste País para que o Município independa nas suas obrigações, do Estado. E que para o Estado também não passe a ser uma província; os exemplos históricos estão aí e basta vermos os países que têm no município a sua fortaleza, para vermos que esses países têm pesos e contra-pesos, que permite muito mais a paz social, do que quando o regime é forte.

Concedo o aparte ao Deputado Fidelcino Tolentino, que havia me solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lembra ao nobre Deputado que resta um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. DENI SCHWARTZ — Concedo este minuto ao Deputado Fidelcino Tolentino, que havia me solicitado antes, desculpando-me com o Deputado Quielse, pela falta de tempo.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Muito obrigado, Deputado Deni Schwartz.

E folgo-me em que V. Ex.<sup>a</sup> me concede neste minuto, a oportunidade de me recompor com o Deputado Ailton Cordeiro, que realmente numa passagem da sua posição, defendida da tribuna, pareceu-me, ser o pensamento de defesa de coincidência ou de prorrogação de mandato.

Na verdade, ele vem esclarecer e acho que realmente devo fazer justiça ao declinar aqui a minha penitência por ter interpretado mal o seu discurso. Ao mesmo tempo em que folgo por ver que o Deputado do quilate de Ailton Cordeiro, está se posicionando da forma mais escorreita, mais lúcida, que o Parlamento poderia se propor fazer.

E, Deputado Deni Schwartz, realmente o “pacote de abril” foi que trouxe para a classe política e de uma forma especial para aqueles que poderiam ter sido o freio desta determinação do Presidente da República; poderiam ter sido o freio; mas me recordo que, naquela oportunidade, quando o MDB se posicionou em relação a reforma do Judiciário, o Presidente da República, ousou ir à televisão, num monólogo que impôs à Nação, o juízo de que o MDB, a ditadura de minoria, como ele chamou e são suas palavras, teria sido o instrumento da mudança, ou instrumento que levou S. Ex.<sup>a</sup> a editar o “pacote de abril”.

O “pacote de abril” é o que há de mais expúrio, nessa Constituição retalhada que vive hoje campeando, campeando e campeando mesmo, como diria o caboclo, a ordem jurídica nacional. E é realmente nesse aspecto, nobre Deputado, que eu acho que precisa ser feita uma reforma de base, reforma do sindicalismo, reforma tributária, reforma do Judiciário, reforma do

Legislativo; precisa sim, isto sim é verdade, que se convoque uma Assembléia Nacional Constituinte, com liberdade de todos os cidadãos brasileiros, opinar nas urnas pelo voto livre, direito e secreto, a fim de que seus representantes legítimos, construam o arcabouço jurídico, a coluna vertebral, que se chama Constituição, baseado num regime de liberdade e de justiça social.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, agradeço a vossa atenção, em ceder um minuto mais. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Presidência registra, com satisfação, a presença em nosso plenário do Sr. Francisco Dors, Prefeito Municipal de Realeza.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 433/78, Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei n.º 115/77, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que acresce de mais um parágrafo com redação que especifica, o artigo 138, da Lei n.º 6174, de 16.11.70. Parecer favorável da C.C.J. em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Parlamento Estadual, esta Assembléia, na legislatura passada, apreciou, ou melhor, deixou de apreciar uma Emenda Constitucional que nós havíamos proposto para se estabelecer no regime jurídico do funcionalismo público estadual, o critério adotado por São Paulo, por Minas e outros Estados: a chamada Emenda Constitucional ou Emenda Mineira.

E isto se deveu ao fato de que em Minas Gerais nasceram as primeiras luzes relativas à implantação da proporcionalidade ao funcionário para efeito de aposentadoria, e esta proporcionalidade consignava um determinado período para se somar ao tempo de serviço para efeito de aposentadoria.

Esta Emenda Constitucional, apesar de ter sido objeto de entendimento das Lideranças nesta Casa, não foi honrada — e me permitam os antigos integrantes daquela legislatura — não foi honrada pela Liderança da Aliança Renovadora Nacional, e por manobras e expedientes naturais dos debates políticos desta Casa, fluiu o prazo constitucional, e, simultaneamente, o nobre Deputado Erondy Silvério propôs um projeto de lei ordinário para ser emendado um artigo ao Estatuto do Funcionário Público, ou seja, acrescia o § 3.º ao Artigo 138, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Houve uma série de debates e, inclusive, nós, no intuito de colaborarmos com o ex-Deputado Valter Pietrângelo, no intuito de colaborarmos para que essa lei fosse adequada e ajustada aos altos interesses do funcionalismo público, houve por bem aquele Deputado permitir que pudéssemos contribuir para adequação do texto da lei.

E pudemos, naquela oportunidade, apresentar essa pretensão de melhoramento da adequação — diríamos nós — desse texto de lei. E foi aprovado.

O texto ficou com a seguinte redação:



"Para os efeitos deste Artigo, será assegurado ao servidor público, admitido antes de 08 de maio de 1967, e que tiver tempo de serviço prestado até 15 de março de 1968, o direito de computar esse tempo com o acréscimo do resultado obtido na multiplicação do total desse tempo por trinta e cinco imediata divisão por trinta.

Reduzido para as mulheres, tal favor de cálculo para trinta e vinte e cinco, respectivamente, bem como obedecida a devida proporcionalidade, nos casos de natureza especial previstos em Lei".

A nossa adesão e sugestão apresentada e que foi aprovada, nesta Assembléia, é de que esse projeto de lei permitisse em seu bojo as expressões: "bem como obedecida a devida proporcionalidade nos casos de natureza especial previstos em Lei".

Ora, o Artigo 138, do Estatuto dos Funcionários Públicos, desconhecia essa figura jurídica.

E nós, examinando o Artigo 138, verificamos que ele diz o seguinte:

"O funcionário será aposentado:

- 1.º — por invalidez;
- 2.º — a pedido, depois de trinta e cinco anos de serviço;
- 3.º — compulsoriamente aos setenta anos de idade."

E o Artigo 1.º:

"No caso do inciso 2, o prazo é reduzido para trinta anos de serviço público para as mulheres"; e no "4.º — atendendo a natureza especial do serviço, poderá ocorrer redução dos limites estabelecidos para aposentadoria, na forma da legislação federal competente."

Aqui foi apostado, ou aduzido o § 3.º que é este: objeto de discussão neste veto.

Foi baseado, exatamente nesse dispositivo, que se acrescentou, ao final da "lei mineira", as expressões:

"Observada a devida proporcionalidade nos casos de natureza especial".

A "lei mineira", Sr. Presidente, na forma em que aprovada, tratando-se de simples lei ordinária que deveria regulamentar dispositivo constitucional, não aprovado por esta Casa, por haver decorrido prazo legal, conforme já elucidei há pouco, ficou incompleta a lei, incompleta e que hoje está dando margens a dúvidas e interpretações errôneas.

Seu objetivo, com a devida vênia, não é diminuir o tempo de serviço para aposentadoria de homens, ou, mulheres, como aparentemente trata em seu bojo, mas, apenas, aparentemente. A finalidade desta lei, como se procedeu em Minas Gerais e em outros Estados como São Paulo, cuja Constituição foi inserida por Emenda Constitucional, seria, o objetivo, assegurar, ao Servidor Estadual, o direito de computar o tempo de serviço prestado, antes de 15 de março de 1968, acrescido de conformidade com a proporcionalidade existente entre o tempo exigido pelo regime a que estava sujeito anteriormente aquela data, e, o tempo que passou a ser exigido para a sua aposentadoria, após a implantação do novo regime imposto por dispositivo constitucional; isto é, haveria de ser feito um cálculo com base em trinta ou trinta e cinco anos de serviço, mas, não se falava de homens ou, mulheres e, com esta Lei Ordinária criou dúvidas e, justamente, o fator preponderante para este acréscimo de contagem do tempo, é a proporcionalidade existente entre um regime, e o outro. Assim, se o tempo de serviço exigido para a aposentadoria de um magistrado era de trinta anos pelo menos, através do regime anterior e continua sendo de trinta pelo regime atual, a proporcionalidade entre ambos é igual a 1. Daí, inexistir qualquer direito ao acréscimo do tempo, concedido pela lei mineira.

Observe-se aqui que, ainda no regime anterior o tempo exigido para aposentadoria sofreu várias modificações, principalmente no tocante aos membros da magistratura, magistério

público, integrantes das Forças Expedicionárias Brasileiras e servidores que operavam com Raio-X e substâncias radioativas.

Podemos citar, por exemplo, que, a Lei n.º 4885, de maio de 1964, reduziu, de trinta para vinte e cinco anos, o tempo de serviço prestado pelos integrantes da FEB, e, a Lei n.º 788, de 9 de novembro de 1951, que fixou normas especiais, para aposentadoria dos servidores que operam em Raio-X ou substâncias radioativas. Quero dizer, eram leis que disciplinavam regimes especiais e até previstos na lei do funcionalismo público. Se ainda estiverem vigindo essas leis, aqueles servidores, com o tempo atual da lei mineira serão duplamente beneficiados sendo que alguns deles, embora de sexo masculino, poderão aposentar-se, com apenas vinte ou vinte e cinco anos de serviço público! Seria discriminatória, e que lançaria um privilégio sobre alguns funcionários públicos!

Como vemos, a lei, nesse caso seria odiosa! Concedendo privilégios, ao invés de beneficiar a todos, por igual, em prejuízo do próprio Estado!

Por outro lado, se aquelas leis foram revogadas, aqueles mesmos servidores estariam sendo prejudicados, pois, o cálculo para o benefício seria diverso da proporcionalidade de 35x30, expresso numericamente na lei que foi, em parte, vetada. Indubitavelmente, o veto àquelas expressões finais constantes do projeto aprovado nesta Casa, penso eu que, está ainda, passível de ser acudido, corrigido, porque, houve lamentável engano da Assessoria de Sua Excelência o Governador do Estado. Por imperativo de justiça e no interesse do próprio Estado, deve ser rejeitado, nesta oportunidade; do contrário o prejuízo seria não só do Estado, mas também criada dúvidas para aqueles que poderão usar um cálculo de proporcionalidade diferente daquela de trinta, trinta e cinco.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há uma necessidade grande de se fazer justiça e de se buscar, por imperativo de ordem e de interpretação nesta lei, expungir o veto apostado por Sua Excelência o Sr. Governador. Não tem sentido preservar este veto, porque com ele já existem até pareceres do Tribunal de Contas, um dando possibilidade de aposentadoria ou melhor, dando possibilidade de contagem para todos os efeitos legais e o espírito da lei não é para todos os efeitos legais, data vênica de muitos pareceres que já surgiram no âmbito administrativo do Estado. A lei prevê apenas para este efeito, a contagem de tempo, e que evidentemente, vai culminar na contagem de tempo para efeito de aposentadoria.

Peço a todos os Senhores Deputados, tanto do nosso Partido, o meu Partido, o MDB, quanto da Aliança Renovadora Nacional, que para se arrimar, para se ajustar esta distorção que se encontra com o veto de Sua Excelência, é preciso que o veto não seja mantido e sim mantido o projeto original que este foi esgotado aqui nos debates e nas discussões e precisa ser mantido o projeto e não o veto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão a Proposição n.º 483/78, veto parcial apostado ao Projeto de Lei n.º 115/77. Encerrada a discussão. Em votação. Os Senhores Deputados que forem favoráveis ao projeto permaneçam como estão. Rejeitado o projeto e mantido o veto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu, no encaminhamento de votação, Senhor Presidente, quero pedir nesta questão de ordem, primeiro, a verificação de votação. Segundo, alertar aos novos integrantes desta Casa, que é normal os fatos de votações contraditórias como esta. Lamento não pelo projeto

que não é de minha autoria.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu estou com a palavra, pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência me concedeu a palavra pela ordem e eu estou ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (inaudível - ...).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — ... e eu estou colocando uma questão de ordem, Senhor Presidente e peço que Vossa Excelência me assegure a palavra, com base no artigo 97 do Regimento Interno.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Devolvo a descortesia.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os tímpanos).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Todos votam de acordo com seu entendimento, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os tímpanos).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Senhor Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Já voltada a calma, se Sua Excelência quiser fazer a questão de ordem, fará depois, mas peço a fineza de respeitar o Deputado que está na tribuna. É para lamentar um episódio como este, que o próprio Estado e eu vou cobrar no futuro, - o próprio Estado vai tomar prejuízo, se não acudirmos em tempo. Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, dentro de um parlamento, onde todos representam uma parcela do povo, há que se respeitar a opinião de cada um, a fim de que no futuro se possa exigir respeito à nossa própria opinião.

Nós não aceitamos e devolvemos a descortesia do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, em quem reconhecemos um parlamentar dos melhores que tem esta Casa, mas foi infeliz Sua Excelência quando pediu que Vossa Excelência alertasse aos novos Deputados, que as votações contraditórias são praxe nesta Casa. Com isto Sua Excelência quis passar, aos novos Deputados, um atestado de burrice, leram o Regimento Interno da Casa e conhecem a Constituição, conhecem o comportamento de um parlamentar que vota sempre de acordo com o seu entendimento e com a sua consciência, sem que a isso deva satisfações a quem quer que seja. Quero que fique registrado, Senhor Presidente, essa descortesia, que lamento ter partido de um parlamentar de escola como sempre demonstrou nesta Casa, o Deputado Fidelcino Tolentino.

Nós votamos contra o projeto, Senhor Presidente, porque achamos, principalmente a mim que fui autor do projeto, porque ele entendeu a aspirações daqueles que foram injustiçados pela Constituição de 1.966.

Problema de veto de uma expressão, é problema técnico, que a justiça cobrará em seu devido tempo. A lei é válida, a lei nunca pode ser dúbia com relação àqueles a quem o legislador pretendeu beneficiar. O espírito da lei é que vigora neste caso, e não o veto do Senhor Governador. A bancada da ARENA nesta Casa, coerente com o seu comportamento, de fidelidade aos princípios que norteiam o Governo do Estado, houve por bem rejeitar o projeto, confiando de que a justiça sanará devidamente o projeto de nossa autoria. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa, procederá verificação de votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, só para uma

questão de ordem, com a devida vênia, não pedi a Vossa Excelência, devo esclarecer, até por urbanidade a Vossa Excelência que é o Presidente desta Casa. Não pedi a Vossa Excelência, foi um entendimento do Líder da ARENA que o expendeu, agora; e, se o fiz, creio que as notas taquigráficas vão contestar mas, se o fizera, retifico que, absolutamente, pedi a Vossa Excelência alertar aos novos. Eu disse, sim, que, aos novos convém alertar; mas, não disse quem. Eles se alertem por pensamentos como esse, porque o que se quer, Sr. Presidente, não é ter vitórias sobre expressões, o que se quer, Sr. Presidente, é arrimar o texto que se está elaborando, que está sendo editado, que está sendo legislado, matéria que está sendo legislada por esta Casa, para não criar problemas; nós temos expedicionários, nós temos pessoas que a lei trata com especialidade e fazer cálculo na base de trinta e trinta e cinco anos de serviço, é como ganhar mais cinco anos de serviço, isto vai comprometer ao erário do Estado. É este o argumento que levantei, aqui, para colocar questão de ordem.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa procederá verificação de votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao Projeto de Lei n.º 155/77, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitem o projeto, queiram levantar-se. (Pausa). Vinte e um Senhores Deputados o aprovam; quinze Srs. Deputados o rejeitam. Rejeitado o projeto e mantido o veto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Tenho a impressão, Sr. Presidente, que o projeto foi aprovado. O veto é que não foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Vou ler ao nobre Deputado o que diz a nossa Constituição:— Comunicando o veto ao Presidente da Assembléia Legislativa, será o projeto submetido a uma única discussão considerando-se o mesmo aprovado se obtiver o veto de 2/3 dos presentes em votação pública. Neste caso, será o projeto enviado ao Governador para promulgação.

Está rejeitado o projeto e mantido o veto.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 03/79, Veto Parcial posto ao Projeto de Lei n.º 202/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 152/78, que dispõe sobre a inclusão dos cargos em Comissão que especifica, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, na simbologia D.A.S. — Direção e Assessoramento Superiores, de que trata a Lei n.º 6996, de 12/05/78. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.—

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, este Deputado consulta Vossa Excelência se está em votação a Proposição n.º 03/79.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Exatamente.

A Proposição n.º 03/79, veto parcial posto ao Projeto de Lei n.º 202/78.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Com a devida vênia, o Deputado Quielse pretende discutir, da tribuna, o veto posto ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a discussão. Só para encaminhamento de votação e o Deputado Quielse não solicitou à Mesa! O Deputado Quielse solicitou à Mesa o encaminhamento da votação?

O SR. JURANDIR MESSIAS — Estava com o microfone desligado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a pa-

lavra ao Deputado Quielse Crisóstomo, para encaminhamento de votação.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, agradeço a intervenção do nobre Deputado, pelo seu microfone. É evidente que na condição de 1.º Secretário da Casa, e acredito que todos os membros da Comissão Executiva, haveríamos de, neste momento votarmos contra o veto de Sua Excelência, o Governador Jayme Canet, porque três trabalhos nossos foram apresentados ao Executivo e nenhum deles mereceu a aprovação de Sua Excelência. Primeiro, por parte da autoria, segundo por entender, inclusive, as razões do veto incoerentes, Sr. Presidente, com relação a proposta de criação de cargos e mesmo da organização de pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, quando a Assessoria de Sua Excelência, o Governador Jayme Canet errou arguindo inconstitucionalidade. Porque, se por um lado tange a Constituição, porque já é despesa, por outro lado é prerrogativa exclusivamente deste Poder a proposta de criação de cargos.

Inconstitucional será sempre a proposta de criação de cargos do Executivo para o Legislativo; nunca da Assembleia para a própria Assembleia. É a razão expressa na Constituição do Estado.

Porém, Sr. Presidente, vou acompanhar minha bancada, votando favoravelmente ao veto porque - e devo esta explicação - 1.º, a mim mesmo; segundo, aos funcionários do meu Poder e principalmente ao Poder ao qual pertença votarei favorável, Srs. Deputados, porque Sua Excelência, o Sr. Governador Ney Braga já em audiência conosco hoje e com a Executiva há dias atrás se comprometeu em acatar a nossa proposta, razão pela qual faço expressa a minha declaração de voto, Sr. Presidente, na esperança de que Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado, Ney Braga, seja menos rude com este Poder do que fora o grande e o maior Governador que o Paraná já teve, que foi Jayme Canet Júnior.

Mas, com este Poder foi injusto. E no veto as razões de inconstitucionalidades foram incoerentes, porque esta é uma iniciativa deste Poder e quero ver, se Deus quiser, esta iniciativa partir de Vossa Excelência, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao Projeto de Lei n.º 202/78, permaneçam como estão. REJEITADO O PROJETO E MANTIDO O VETO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 139/78, de autoria do ex-Deputado VALTER PIETRÂNGELO, que declara de utilidade pública o "Serviço de Assistência Social Bom Pastor", com sede e foro na cidade de Paranaguá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 140/78, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que declara de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS (S.O.S.) de Pitanga, com sede e foto no Município de Pitanga. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do Substitutivo, por unanimidade. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Nilso Sguarezi, respectivamente líderes da ARENA e MDB, constante do expediente de sessão anterior, propondo à Mesa que consulte o Plenário, sobre a não realização da sessão ordinária, tendo em vista que no dia 29 de março, comemora-se o aniversário de Curitiba, requerem ainda da decisão da Casa, que as atividades de sexta-feira, dia 30, se destinem a trabalhos das comissões. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 02/79. — Aprovado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela ordem) — Requeiro a Vossa Excelência que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere o pedido do nobre Deputado, e solicita do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal) (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Responderam a chamada nominal 39 Srs. Deputados. Há "quorum" para o prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, sobre um rol de questões referentes a construção do Estádio Pinheirão. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Ministros do Planejamento, Fazenda e Governador do Estado, encarecendo Emenda Constitucional visando a alteração da legislação tributária. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Coordenadoria Regional do INCRA, no sentido de que o trâmite das cartas de anuência sejam efetivadas no prazo máximo de quarenta e oito horas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente desta Casa, contendo um voto de solidariedade aos trabalhadores metalúrgicos de São Caetano do Sul, Santo André e São Bernardo do Campo, pela sua luta constante por melhores salários.

Está em votação a decisão da Mesa, da sessão anterior, em não receber o requerimento. — Em votação a decisão da Mesa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, entendeu a Mesa, na sessão de sexta-feira última, que a matéria constante desse requerimento era matéria vencida, porquanto rejeitada pela maioria do Plenário em sessão anterior.

Da decisão da Mesa, recorreu ao Plenário, a nobre bancada do MDB nesta Casa. E Vossa Excelência hoje, coloca em votação a decisão da Mesa.

Nós nutrimos profundo respeito por Vossa Excelência porque nos curtos dias em que Vossa Excelência está exercendo a Presidência, tem demonstrado uma correção extraordinária; uma correção não só de atitudes, mas como de caráter.

Por uma questão de solidariedade, deveríamos acatar a decisão da Mesa. Todavia, Sr. Presidente, se Vossa Excelência determinar à Assessoria da Mesa, que proceda a leitura dos dois requerimentos, Vossa Excelência vai notar que não se trata de matéria idêntica, uma pedia solidariedade aos metalúrgicos e aos professores, por um movimento grevista, declarado ilegal, pela Justiça do Trabalho; por isso que a bancada da ARENA, nesta Casa, rejeitou o requerimento. E o outro, eu acho um requerimento profundamente humano. Pede solidariedade a uma classe, não interessa se metalúrgico, não interessa se tipógrafos, ou não; não interessa enfim a categoria funcional, desta classe de trabalhadores. Mas a patrícios que lutam por melhores salários, acho que não há nada de mais em que esta Casa empreste a solidariedade, não só aos metalúrgicos, mas a todos aqueles que, pacificamente pleiteiam melhoria de salário; reivindicuem melhoria de salário.

Nessas condições, Sr. Presidente, quero comunicar à

Mesa que a Liderança deixa a questão aberta; não em desrespeito à decisão de Vossa Excelência - que volto a repetir, a atuação de Vossa Excelência nesta Casa, tem agradado, acho que às duas bancadas; acho que tem agradado a todos os Srs. Deputados, que Vossa Excelência tem sabido, acima de tudo, ser justo, compreensivo e perfeito fiscal, no cumprimento do Regimento Interno da Casa.

Mas, no que pese este respeito Sr. Presidente, nós vamos declarar a questão aberta à bancada da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Em votação a decisão da Mesa. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. (Pausa)

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem) - Sr. Presidente, pediria a Vossa Excelência que mandasse proceder a chamada nominal, dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - A Mesa informa ao nobre Deputado que há questão de alguns minutos já foi feita a verificação de "quorum".

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem) - Mas, Sr. Presidente, o problema é o seguinte: existem Deputados em seus gabinetes e talvez dentro de minutos ou segundos, tenha havido por circunstâncias óbvias, mudança no plenário. Então solicitaria, se estiver amparado dentro do complexo da lei, que Vossa Excelência mandasse proceder a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Dentro do Regimento Interno é permitido. Procederemos a nova chamada nominal. Solicitaria ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados. (Soam os tímpanos).

(O Sr. 1.º Secretário procede a chamada). (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - 39 Srs. Deputados responderam a chamada.

Continua em votação a decisão da Mesa com relação ao não recebimento do requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis à decisão da Mesa, permaneçam como estão.

O SR. NILSO SQUAREZI - Gostaria que Vossa Excelência esclarecesse se a decisão da Mesa é pelo recebimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Pelo não recebimento.

O SR. NILSO SQUAREZI - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Continua em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis à decisão da Mesa, permaneçam como estão. - Rejeitada a decisão da Mesa.

Em discussão o requerimento subscrito pelo nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. IVO THOMAZONI - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Para discutir, adie-se na forma do artigo 150, para a próxima sessão.

O SR. IVO THOMAZONI - Pela ordem. Quer me parecer que Vossa Excelência, salvo engano deste humilde Parlamentar, comete um arranhão, um lapso, porquanto esse requerimento já foi submetido à apreciação do Plenário e não mais poderá ter respaldo no Artigo 150, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Nobre Deputado, o que foi submetido à apreciação do Plenário foi a decisão da Mesa de não receber o requerimento.

Estava em discussão a decisão da Mesa que não acatou o requerimento.

Colocamos em votação o requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI - (Pela ordem) - A Presidência sempre tem, e deverá ter, do plenário, todo respeito e acatamento. Razão pela qual, me permito retirar o pedido de discussão do requerimento.

Solicitando, no entanto, que Vossa Excelência me permita, regimentalmente, encaminhar a votação do mesmo, no instante hábil.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Está em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - De acordo com o Artigo 150 do Regimento Interno, adia-se para amanhã

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes, encarecendo a urgente continuidade do asfaltamento do trecho rodoviário Campina da Lagoa e Iretama. Em votação.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sinto-me na obrigação de fazer uma registo

Confesso que talvez não fosse necessário discutir. Por isso, pedi a palavra para falar em encaminhamento à votação, porque esse requerimento já foi por demais discutido.

É pelo que me parecem todos os Srs. Deputados que usaram da palavra para dizer, estavam de pleno acordo com a aprovação do requerimento. O que é óbvio.

De princípio, manifestei-me favorável. E o faço porque o requerimento solicita o asfaltamento de uma estrada que vai de Campina da Lagoa a Nova Cantu, Roncador, cujos municípios este Deputado também tem atribuição política e representa uma parcela do povo daquela região.

Por isso, não poderia deixar de registrar o meu apoio a esse requerimento. Mas, quero fazer uma observação: não creio na eficácia de requerimentos desta natureza. Porque, na verdade, o trabalho que tem mérito, o trabalho que tem valor, para conquista de obras de importância como esta, é feito na reivindicação do povo do município, e por todas as lideranças, diretamente aos órgãos a quem compete a realização das obras.

Quero também deixar registrado que, no dia 30 de dezembro de 1977, fui testemunha do contrato que foi assinado para que se fizesse o projeto dessa estrada solicitada pelo nobre Deputado Edilson Alencar. E desde aquela época, gestões se fizeram para que chegasse ao ponto de, quando o Deputado Jurandir Messias discutia, diz ele que a estrada não está ainda concretizada por falta de verbas. Verbas que, naturalmente, deverão ser solicitadas a esta Casa.

Mas, o projeto já está feito e incluído no plano rodoviário, e por isso, Srs. Deputados, entendemos que esses requerimentos têm cunho ao meu entender - puramente político.

Mas, como representante daquela região, não posso deixar de dar meu apoio, porque é mais um alerta com referência a essa justa reivindicação do povo daqueles municípios.

Obrigado. - (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Continua em votação.

O SR. EDILSON ALENCAR - (Para encaminhar a votação). - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaria de agradecer a solidariedade que acabo de receber ao meu requerimento.

No entanto, não poderia deixar de discordar do nobre Deputado que representa também a região de Campo Mourão, Nova Cantu, Roncador, Iretama, e que é o Deputado Augusto Carneiro, quando diz que o nosso requerimento é ineficaz.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nós, como parlamentares, nós, como Deputados Estaduais não temos direito, no entender dele, de apresentarmos requerimento desta natureza, então é bom que nós todos voltemos para casa, porque o Poder Legislativo - mormente na atual circunstância nacional, é um Poder realmente fraco, enfraquecido. Mas nós, como parlamentares, não poderíamos deixar de discordar da maneira pela qual o Deputado Augusto Carneiro explanou,

neste Plenário. Acredito que esta é a Casa em que temos o direito de reivindicar pela região que representamos. Fizemos a reivindicação, apresentamos o nosso requerimento porque, desde há muitos anos a região sofre por falta daquele benefício.

Era só, Sr. Presidente muito obrigado.— **Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

O SR. DARCY DEITOS — (Para encaminhar a votação). — Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Evidentemente, o nobre Deputado Augusto Carneiro não foi muito feliz na sua expressão, dizendo que o requerimento do nosso grande companheiro Deputado Edilson Alencar, era de cunho essencialmente político, porque muito bem disse o eminente Deputado Jurandir Messias quando ocupava a tribuna, na tarde de ontem, de que, aquela nossa região é a única grande região do Estado onde não existem estradas asfaltadas.

Eu diria mais:

Que esse fato se deu, Sr. Presidente, até esta oportunidade, porque aquela região não teve representantes da oposição, que batalhassem por ela - a não ser o nosso grande amigo e que era representante daquela região até aquela oportunidade, o eminente Deputado Edilson Alencar. Mas é um direito que assiste a esse eminente Deputado, mesmo que esta obra já esteja incluída no plano de prioridade de obras do Estado do Paraná, de fazer o requerimento e cujo requerimento nós inclusive subscritamos também, na tarde de ontem, para que o Governo do Estado olhe mais por aquela região, dê mais assistência àquela região, principalmente no que diz respeito ao asfaltamento daquelas estradas, que são de suma importância para o escoamento da produção uma das mais ricas regiões do Estado do Paraná e que, até esta oportunidade sempre esteve abandonada por parte dos órgãos estaduais.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS (Para encaminhamento da votação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem nós pedimos para discutir o requerimento do eminente Deputado Edilson Alencar; no entanto, Sr. Presidente, hoje, nós, no encaminhamento, pretendemos justificar a nossa posição com relação ao apoio que vamos e pretendemos dar ao requerimento subscrito pelo Deputado Edilson Alencar, Sr. Presidente, mesmo porque, entendemos que a resposta àquilo que o Departamento de Estradas de Rodagem ou a Secretaria dos Transportes deveria fornecer ao ilustre Deputado autor do requerimento, já a demos ontem, de público, quando lemos, da tribuna, as informações colhidas naquela Secretaria.

Mesmo assim, Sr. Presidente, nós concordamos e votaremos favoravelmente ao requerimento, concordando, também, com o Deputado Augusto Carneiro quando disse muito bem, que, o cunho do requerimento era mais político do que administrativo.

Nós concordamos e damos ainda ao autor do requerimento, este respaldo dos Deputados da ARENA que com ele representam a região Noroeste do Estado do Paraná, porque entendemos que nós que vivemos, nós que dependemos da política, nós que somos Deputados e que temos a obrigação de representar não só a região Noroeste mas, todo o Estado do Paraná, nós devemos também levar aos nossos companheiros, a demonstração do nosso interesse pelos seus direitos que aqui defendemos. Concordo, acho válido, plenamente, que o Deputado Edilson, o Deputado Darcy Deitos também tirem o seu proveito político, daquelas estradas que estão para serem construídas futuramente pelo Governo

do Paraná, mas também é preciso, Senhor Presidente, que somemos nossos esforços, juntamente com os Deputados do MDB, que também são os nossos companheiros, se os da ARENA os são, os do MDB também, para que continuemos prestigiando juntos aquele homem que em 1961, quando governou este Estado pela primeira vez e eleito, diga-se de passagem, pelo voto popular, que hoje volta ao Governo, nós deveremos prestigiá-lo, para que ele dê continuidade a estas obras que o Governo Canet não teve condições e não foi possível por falta de tempo. Então eu também concito a bancada do MDB que nos ajude, que ajude Ney Braga, nosso Governador, a realizar estas obras para aquela região menos favorecida do Estado do Paraná, porque nós acreditamos e temos confiança no Governo de Ney Braga e temos confiança nos nossos companheiros e nos nossos amigos do MDB, que continuem com essas iniciativas que terão por certo sempre, o nosso apoio aqui nesta Casa de Leis. Voto favoravelmente ao requerimento de Vossa Excelência, Deputado Edilson Alencar, como bem disse o Deputado Augusto Carneiro, companheiro de minha bancada, que também já proferiu seu voto favorável, mas esperamos uma recíproca, numa hora oportuna, pelos ilustres companheiros do MDB.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apesar de ser de origem de Maringá, região Norte do Estado, tive a felicidade já por duas vezes, de ser também votado na região de Roncador, Campo Mourão, tão bem representadas nesta Casa por tantos Deputados de lá oriundos.

No entanto, estou estranhando algumas colocações do Deputado Jurandir Messias. Uma delas, é situar as cidades de Campina da Lagoa, Nova Cantu, Roncador, Iretama, que está o Deputado Edilson Alencar, pedindo a agilização de uma obra, de uma rodovia, como situada na região Noroeste do Estado. Ao que me consta, estas cidades estão situadas na região Centro, Centro-Oeste do Estado do Paraná. Portanto, ou está mal informado ou foi infeliz o Deputado Jurandir Messias ao fazer esta colocação.

Além do mais, cobra o mesmo Deputado, da bancada do MDB, um posicionamento favorável a outras iniciativas daquele parlamentar e da bancada da ARENA.

Ora, Senhor Presidente, estas estradas e especificamente esta, consta já no plano de obra do Governo do Estado do Paraná, mas veja bem, na parte referente aos empréstimos que o Estado do Paraná vai buscar no Banco Interamericano de Desenvolvimento. Empréstimos que mereceu desta Casa e não só da bancada da ARENA, mas também da bancada do MDB, um voto favorável.

Portanto, em cada metro, em cada palmo de estrada que se construiu neste Estado, não está presente apenas o Executivo, não está presente apenas o Governador, não estão presentes apenas os Deputados da ARENA; estão presentes, sim, apenas eles, nas inaugurações festivas porque a elas não são convidados os homens da Oposição e porque a essas inaugurações vão, apenas, os homens do Governo a dizer que está presente, que está fazendo. Portanto, Sr. Presidente...

O Sr. Gabriel Manoel — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Com todo o respeito que devemos ao Deputado Antônio Facci; com toda admiração pelo seu tirocínio político e pela sua tirada demagógica.

Dizemos ao povo do Paraná, que estão presentes todos os



paranaenses de boa vontade, porque, quando se inaugura uma estrada, não se faz distinção do povo do MDB ou do povo da ARENA; apenas convida-se...

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, não há nada fora de ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa concedeu a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Então, apenas para dirimir dúvidas.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, não há nada fora de ordem.

(Tímpanos)

Portanto, não pode o Deputado pedir a palavra, pela ordem, se a Casa está caminhando, e não fiz nenhuma afronta que merecesse o reparo...

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa pede ao Deputado Gabriel Manoel, que seja breve em sua questão de ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL — Serei breve, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Não é questão de ser breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa concedeu a palavra ao nobre Deputado Antônio Facci; numa questão de ordem, ao Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, dentro do artigo 98 do Regimento Interno, queremos dizer ao Deputado Antônio Facci, que ao procurarmos junto com o ilustre Governador Canet Júnior, inaugurar as estradas do Paraná, onde se aplicou o dinheiro do povo em benefício do próprio povo, são convidados Deputados da Arena e do MDB, Sr. Presidente.

(Tímpanos)

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Deputado Gabriel Manoel, a Mesa solicita ao nobre Deputado, encarecidamente, para o prosseguimento da sessão, que o nobre Deputado seja breve na sua questão de ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL — Serei breve, Sr. Presidente. Apenas que não tumultuem; serei breve.

O SR. PRESIDENTE — Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — Apenas para agradecer, Sr. Presidente, e apenas para dizer que o Governo de Canet Júnior pisou no calo de muita gente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Com a palavra, o nobre Deputado Antônio Facci.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, invoco o bom senso de Vossa Excelência, que sempre esteve presente; que a Mesa não permita que o Deputado, usando expedientes como tem reiteradamente usado o Deputado Gabriel Manoel, que falou por vários minutos e não invocou o Regimento Interno, e não disse nada que o Deputado Antônio Facci tivesse ferido, numa questão de ordem.

Então, apelo à Mesa para que não permita que se reitere esse expediente, que tem o objetivo de ferir, realmente, o Regimento Interno. O Deputado levanta a questão pela ordem e, ele que está ferindo a ordem.

Então, peço à Mesa que, com a autoridade que tem, não permita que se reitere o expediente que o nobre Deputado Gabriel tem, com educação e tudo, mas que vem fazendo e atrapalhando os oradores.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua com a palavra, o nobre Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando resolvi, quando pedi a palavra para encaminhar a votação, foi para, também, dar apoio ao requerimento, mas para alertar esses aspectos que eu considero de muita importância; não pode, como eu já disse, o Deputado Jurandir Messias, colocar as cidades de Nova Cantu, Roncador, Iretama e Campina da Lagoa, não sei se até por brincadeira, na região Noroeste do Estado, quando elas estão aqui situadas no Centro. Parece que estão brincando até com a informação.

É verdade que a estrada está constando do plano de obras do Estado. Estive conversando com o Deputado Edilson Alencar. Ele pediu, inclusive, a nossa orientação com referência ao requerimento. Ele pretende agilizar a construção dessa estrada. Nós, como quase todos os Srs., conhecemos perfeitamente a região.

Sabemos que é uma região montanhosa, difícil de se trafegar por lá com qualquer período de chuva; é uma região de minifúndio, graças a Deus, uma das poucas que sobram neste Estado; portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando a gente fala que em cada metro de asfalto que tem no Paraná, feito nos últimos anos, principalmente no Governo de Jayme Canet Júnior, e está lá a assinatura e a presença de um Deputado do MDB, que eu não sei se, acertadamente, em todas as oportunidades, autorizou o empréstimo a alto custo no exterior, endividando este Estado, fazendo difícil a situação do nosso Estado, e queira Deus que, agora na apreciação das contas do Executivo, nós não tenhamos que denunciar muita corrupção que foi denunciada, inclusive por deputados da Arena na condução do Departamento de Estradas de Rodagem.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Artigo 25, inciso 7º, do Regimento.

Sr. Presidente, o nobre Deputado Antônio Facci, que é um dos mais brilhantes Deputados desta Casa, realmente infringiu o inciso 7º, do artigo 25, do Regimento Interno. Primeiro, faltando com a consideração a outro Poder. E, nós não endossamos, absolutamente, os receios do nobre Deputado Antônio Facci.

Primeiro, porque em quatro anos do Governo. Canet Júnior, não se teve notícia de nenhum ato de corrupção que não fosse imediatamente punido pelo Chefe do Executivo. Em segundo lugar, que os empréstimos que esta Casa votou ou que irá votar, empréstimos externos não são passíveis de temores ou de endividamento do Estado, porquanto todo o dinheiro que for aplicado em obras de infraestrutura têm a sua rentabilidade certa. Há uma devolução com o tempo, através do aumento do produto interno bruto, através do aumento da arrecadação do Estado.

Esta é a missão de todos os Governos, Sr. Presidente.

O Governador Canet Júnior contraiu empréstimos, construiu obras de infraestrutura, exclusivamente obras de infraestrutura, numa administração que o consagrou nacionalmente. Ele deixou dívidas que o Sr. Ney Braga irá pagar, e irá contrair novos empréstimos que o seu sucessor irá pagar. Esta é a função do Estado, senão, bastaria colocar lá um Gerente, um Caixa, como Chefe do Executivo. Um Caixa que só recebesse e pagasse. Mas um Governo que contrai empréstimos ou no próprio País ou externamente, e os aplica em obras de infraestrutura, em obras que tenham uma resposta, senão a curto prazo mas a médio e a longo prazos, no aumento de qualidade de vida do povo, no aumento da arrecadação, no aumento de números de empregos oferecidos anualmente a 3 milhões de jovens, que neste País, a cada ano, buscam um novo mercado de trabalho, e que é a função primordial dos Governos, promover o desen-



volvimento a qualquer preço, a fim de que o desemprego não ronde a juventude brasileira e não a conduza por caminhos tortuosos, muitas vezes sem volta.

Sr. Presidente, era este o reparo que eu queria fazer, embora o grande respeito que me merece esse extraordinário Deputado por Maringá, que tem ilustrado e honrado esta Casa de Leis.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, apenas porque fui citado pelo Líder da Arena, com referência à infringência do Regimento Interno.

As dúvidas, todos nós temos o direito de ter, e hoje, comenta-se muito no Estado, e somos instados a isto, se as obras que estão sendo construídas no Paraná estão realmente para servir o povo, ou para servir as grandes empresas que estão aí a construir o asfalto.

Fazer, Sr. Presidente, realmente aplicação de obras de infraestrutura neste Estado, era e é aplicar na educação para que as nossas crianças e os nossos jovens não tenham que vir para esta Capital a estudar em colégios particulares, e eu trarei dentro em breve, os números do aumento extraordinário de estudantes em escolas particulares. É esta a observação que eu tenho a fazer. E novos empréstimos terão que ser feitos, eu sei, para a continuidade das obras programadas.

E aí sim, quero ver se a bancada da Arena, não terá que rever as posições intransigentes, de rejeitar todos os nossos requerimentos quase, porque aí precisa dos 2/3 e aí o Paraná vai ver que o MDB está presente e se o empréstimo e a obra forem realmente necessárias para este Estado, o MDB estará presente e votando favorável, mas tem o direito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de ter as dúvidas e de buscar informações, e de pedir e ter os pedidos de informações aprovados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente.

Primeiro, acho que o eminente Deputado Antônio Facci, cometeu uma enorme injustiça com o nosso extraordinário companheiro, valoroso Deputado Augusto Carneiro. E digo porque, Sr. Presidente, o Deputado Augusto Carneiro referiu-se à estrada que liga Campina da Lagoa à Nova Cantu, até alcançar Roncador, e falou na dificuldade da estrada que vai de Roncador à Iretama, em função exatamente, do terreno acidentado.

Mas, veja, Sr. Presidente, que o eminente Deputado Augusto Carneiro, em instante algum, manifestou-se contra o requerimento, pelo contrário, Sr. Presidente, acredito que a Arena toda, seguindo orientação do Líder de nossa bancada, vai votar favoravelmente ao requerimento do Deputado Edilson Alencar, mas acontece, Sr. Presidente, e não é raro, Vossa Excelência conhece o Regimento Interno e sabe, aprovado o requerimento, cabe a Vossa Excelência ou ao 1.º Secretário, conforme a autoridade que deve ser científica da decisão do Plenário, que este Plenário aprovou requerimento do Sr. Deputado fulano de tal, em que requereu a construção, a pavimentação da estrada X, Y ou Z.

Da mesma forma, como muitas vezes, Sr. Presidente, quando da Presidência, eu assistia, depois de ter recebido telefonema do Presidente do Banco do Estado, dizendo: "Foram criadas 10 agências do Banestado nas cidades tais e tais", e não raro, eu assistia aos Deputados da Oposição, requerendo a instalação com urgência, de agências do Banco do Estado, nas cidades X, Y e Z.

Na inauguração da agência, a população recebia carta do Deputado dizendo que aquele Deputado instou o Governo para a criação da agência do Banestado, quando se sabe que é ao

Banco Central que se pede carta patente, quem pede é a Diretoria, quem nomeia é a diretoria, é o Governador etc. é um monte de coisas.

Então, Sr. Presidente, o que eu queria dizer, apenas para posicionar o Deputado, que está do meu lado e que, regimentalmente, só pode falar uma vez no encaminhamento de votação, e não pode fazê-lo duas vezes, e portanto, para que ele não contrarie o Regimento Interno, eu o faço para uma questão de justiça, tão somente, ele está se posicionando para dizer, que ele após a sua assinatura no contrato que visa a construção e a pavimentação da estrada que liga Campina da Lagoa a Nova Cantu e a Roncador, e se Deus quiser, porque já tem projeto pronto, essa estrada haverá de alcançar Iretama. Aplausos ao Deputado do MDB que está hoje pedindo a Ney Braga que continue a estrada.

E veremos, Sr. Presidente, se o MDB no instante em que o Governador Ney Braga mandar a esta Casa e possivelmente mande, uma mensagem pedindo autorização deste Poder para contrair empréstimo interno ou externo, para construir as estradas que ainda não foram construídas, muito embora Jayme Canet tenha construído mais de 4.000 quilômetros de estradas, vai votar a favor do empréstimo porque, normalmente, o MDB tem dito da tribuna que o Estado do Paraná está endividado, como se o Ceará não tivesse, como tem, 95% do total da sua receita comprometida, Sr. Presidente, com o pagamento do funcionalismo público do Estado e só tem 5% para obras.

Para encerrar (O Sr. Presidente faz soar os tímpanos) e para cumprir o Regimento Interno, o Estado do Paraná tem, Sr. Presidente, um brasileiro valoroso, trabalhador, além de um riqueza territorial imensa, que se transforma de dia a dia; cada dia que passa, o Paraná se recompõe em sua riqueza. E, como tal, nós vamos apelar ao MDB, depois de votarmos com ele, eu voto no Adilson, com a justificativa que cabia, para que no futuro venham também, Sr. Presidente, aceitar a nossa argumentação de que nós precisamos de dinheiro para mais estradas, porque estas se pagam a curto prazo, pela economia do pneu, pelo menor desgaste da peça, pelo transporte da riqueza e por tudo o mais.

Esta, Sr. Presidente, é a nossa condição, que não é outra do Deputado Augusto Carneiro que testemunhou, Sr. Presidente, o contrato da obra.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação o requerimento. — **Aprovado.**

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, já que o Regimento Interno não me permite nem encaminhar, nem discutir o requerimento de autoria do Deputado Edilson Alencar, tão somente para que fique bem claro que este Deputado não se situa bem da área geográfica do Estado do Paraná. Se nós dissemos que está na região Noroeste, fomos contestados. Continuamos entendendo que está na região Noroeste. Agora também queremos deixar bem claro, Sr. Presidente, que o Deputado Antônio Facci entrou na nossa festa de "carancho", não foi convidado. Mas será convidado, vai receber o convite oficial do Deputado Edilson Alencar, do Deputado Darcy Deitos, do Deputado Augusto Carneiro, para assistir conosco a inauguração da estrada asfáltica de Nova Cantu a Roncador e Campina da Lagora. — (Sem revisão do orador).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, com o apoio do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Ordem dos Advogados - Seção do RS, e Associação Brasileira de Imprensa, pela posição assumida de nossa soberania nacional com o seqüestro e posterior prisão do casal Lilian Celiberti e

Universindo Diaz. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem. (Assentimento)

Não entendi direito o teor do requerimento, V. Ex.<sup>a</sup>, poderia repetir o conteúdo do mesmo?

(É procedida a leitura do requerimento)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas por que motivo de solidariedade?

(É feita novamente a leitura do requerimento).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

— Aprovado.

— (Palmas do MDB).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 83/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade ao Comitê Brasileiro Pela Anistia - Curitiba, por solidarizar-se com os operários metalúrgicos de São Paulo. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente é evidente, que eu conheço bem o pensamento da bancada da ARENA, com relação à anistia.

Eu já disse, da tribuna desta Casa, que a anistia para mim tem que ser uma rua de duas mãos. Não rua de sentido único; a anistia também tem que ser da bancada da Oposição, com a ordem vigente do País. Saber de que alguns excessos efetivamente foram cometidos. Por órgãos de repressão ao terrorismo. Mas também devemos lembrar, acima de tudo, que anistia ampla, é uma palavra que nenhum brasileiro, conscientemente, jamais poderá aceitar. Nós estamos ao lado daqueles que foram injustiçados; nós estamos ao lado daqueles que foram cassados sem julgamento prévio; que foram banidos da vida pública do País, apenas porque alguns homens do Poder o desejavam; nós conhecemos a injustiça de muitas e muitas cassações. Mas também não esquecemos os nomes dos nossos compatriotas, mortos, traiçoeira e covardemente no cumprimento do seu dever, por atos de terrorismo; que nós sabemos, engendrados e executados por quem? Exatamente por alguns homens que hoje, a oposição pretende endeusar neste País, e não se leve este nosso pronunciamento, à conta de reacionarismo que não temos; nós somos democratas por excelência. E eu acho que toda esta Casa o é. Apenas nós queremos repetir mais uma vez que a verdade é como uma vidraça, cada um limpa do seu lado, cada um conta a sua verdade. E nós da bancada da ARENA jamais poderemos aceitar que se tente colocar a revolução brasileira, feita pela vontade unânime do povo nacional, no banco dos réus. Nós não vamos aceitar isto, nesta Casa.

Hoje há um requerimento se pedindo um voto de solidariedade ao movimento pela anistia. Certo. A bancada da ARENA, em questão aberta, decidirá como melhor lhe aprouver, porque nós sabemos que realmente dentro das punições, feitas pelo comando revolucionário, injustiças sem conta, foram cometidas; é justo, que nasça no seio do povo brasileiro, como nascendo está, um movimento de repulsa a estas injustiças cometidas e de reparos àqueles punidos, o foram sem causa justa.

Entretanto, jamais poderemos aceitar a generalização. Por esta razão, Sr. Presidente, vou votar contrariamente a este requerimento. Mas na qualidade de Deputado, mas jamais como líder do Partido e do Governo nesta Casa. É questão aberta na bancada, porque os componentes da bancada da ARENA, não só nesta Casa, mas no próprio Congresso Nacional e em todas as Casas Legislativas, também sentem as injustiças cometidas, contra patrícios que também têm no seu sangue, no seu coração, a raiz da Democracia, a raiz da solidariedade humana e cristã, para com nossos patrícios. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em

votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS (Para encaminhar a votação). Sr.

Presidente, Srs. Deputados, o nosso pedido de voto de solidariedade ao movimento de anistia, refere-se a um ato do movimento de anistia, favorável ou de solidariedade, aos metalúrgicos de São Paulo, conforme está inclusive explícito na súmula e também nas justificativas.

Sem embargo, queremos registrar também aqui — esta solidariedade já uma vez foi pedida, quando aqui se instalava em Curitiba, o movimento em prol da anistia, o Comitê de Curitiba, Anistia. Nossa solidariedade a este movimento à anistia ampla e irrestrita.

Explico o elemento “irrestrita” dentro desse nosso entendimento, pelo fato de que muitas e muitas vítimas do regime de opressão não foram frutos daquilo que aconteceu em 1964 e 1968.

A nossa posição em relação à anistia é justamente contra os atos arbitrários em que estes foram julgados.

Não somos contra que se julgue talvez alguém que assalte um banco, que seja julgado devidamente, que não seja torturado, que não desapareça, como desapareceram muitos sob o desmando do Esquadrão da Morte, para o qual muitas vezes as autoridades do nosso Governo não tiveram uma palavra de repressão.

Não está então, em discussão, Sr. Presidente, a questão de “Anistia Ampla e Irrestrita”. Está em discussão e aí vai o meu voto de solidariedade — ao movimento por solidarizar-se também com os metalúrgicos em São Paulo, sem embargo, mantendo a minha posição de que somos favoráveis ao movimento de “Anistia Ampla e Irrestrita” por causa do arbítrio.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Já no adiantado da hora, eu podia deixar de fazer considerações a esses termos “Anistia Ampla e Irrestrita”. E abordou muito bem o nobre Deputado Gernote Kirinus, que os organismos de repressão que se instalaram no Brasil, e que muitas vezes chegou-se a criar mistério a respeito de subversão neste País para justificar medidas que, num estado de direito pleno e democrático jamais poderiam acontecer. Então, esses atos do Governo precisam ser reparados.

E eu tenho visto constantemente, ou algumas vezes faço esse reparo, de que algumas pessoas envolvidas nesses episódios de repressão estariam temerosas de que haveria o reverso para poder julgá-los. E que bom se isso acontecesse; se acontecesse até para consagrar a justiça daqueles que muitas vezes praticaram atos por determinação de superiores hierárquicos.

E é preciso não se esquecer que muitos inocentes morreram, dos quais faz parte Miguel Fiel Filho, Herzog e tantos outros. Inclusive recentemente, uma freira veio para o Brasil, que estava banida do nosso País, por motivo do regime de repressão.

E eu vejo aqui, Sr. Presidente, num jornal do Rio Grande do Sul, que fala aqui que um jornalista americano “conta como os Estados Unidos organizaram e financiaram um programa para treinar 100 mil policiais brasileiros. 2 bilhões de dólares foram gastos desde 64, em cursos e equipamentos, inclusive em instrumentos de tortura”.

E ninguém desconhece no País, Sr. Presidente, que existiu, e ainda existe organismos de repressão dos mais hediondos que uma nação pode ter, para envergonhar, inclusive, os nacionais.

E é exatamente neste sentido que o nosso Partido encarna na sua Carta de Princípios o direito desses cidadãos injustiçados pela repressão, de vir, através de um regime de liberdade, fazer a

sua defesa e colocar em pleno conhecimento nacional, e da própria magistratura, para que possam ser julgados adequadamente com o direito de se defender.

E quando o MDB fala em "Ampla e Irrestrita", é porque não há conciliação nacional, sem que os nacionais todos se agrupem, através de suas ideologias, para formar as correntes de pensamento e formar os Partidos políticos, que serão os cânones adequados para que o Parlamento possa se fazer representar, ou que o povo se faça representar no Parlamento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Existem problemas aos quais firmamos posição há tantos e longos anos dos quais não podemos fugir.

Consideramos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que há problemas que devem ser tratados a nível de bancada, a nível de partido, porque me parecem tratar-se de problemas de economia interna.

Não me parece normal, Sr. Presidente, que uma bancada coloque a outra em posição antagônica, nesta Casa.

É de sobejo conhecida a posição da Aliança Renovadora Nacional, das nossas lideranças maiores, em Brasília, mesmo no

Paraná, no tocante aos problemas que dizem respeito à anistia, ao pluripartidarismo, às eleições diretas e a outros temas que estão hoje — quer queiramos quer não — invadindo os lares e tomando conta da consciência brasileira.

Todos nós da ARENA, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acalentamos, no fundo de nossa alma, assistir um Brasil trabalhando num clima de ordem, de tranqüilidade, de paz social, mas, acima de tudo, de democracia plena.

E muitas vezes, quando requerimentos como esse apresentado pelo nobre Deputado Gernote Kirinus é colocado à consideração do Plenário, ficamos na dúvida. Dúvida que é, muitas vezes, atrás.

Se, por um lado, disse que todos nós acalentamos poder, a curto prazo, viver numa democracia plena, por outro lado, não podemos deixar de acreditar nas nossas lideranças maiores, na Carta de Princípios de nosso Partido, no Estatuto de nosso Partido, que também deseja uma democracia, que defende o pluripartidarismo, que o aceita, que pretende eleições diretas para os municípios da faixa de fronteira — eu também advogo essa tese — para os municípios estâncias hidrominerais, para os governos dos Estados, mas, na hora de votarmos um requerimento dessa natureza, se votarmos a favor desse requerimento, estaremos votando contra todas as diretrizes partidárias, que emanam — quer queiramos quer não — dos nossos líderes que, afinal de contas compõem o Governo Federal e o nosso Partido.

Vejo o MDB acatando sempre as diretrizes que emanam da sua direção nacional.

E nós, no silêncio, no recolhimento, sei lá, Sr. Presidente, diria aplaudimos conscientemente, no fundo, esse comportamento partidário, maravilhosamente tido e havido no Paraná como dos mais honestos do Brasil.

E por que então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, colocar a nós todos da ARENA em situação de constrangimento tamanho?

É problema político-partidário, volto a dizer, de economia da bancada.

A bancada que passe um telex a quem bem entender, dizendo que defende o que está ali no requerimento posto, com os nossos aplausos. Mas nunca com o nosso apoio.

Porque, se o MDB acata as diretrizes emanadas das lideranças nacionais, não pode ser diferente com os homens que compõem a bancada da ARENA, sob pena, Sr. Presidente, de estarmos adotando dois pesos e duas medidas.

E para que isto não aconteça, eu voto com a Direção

Nacional do meu Partido, que defende eleições diretas, fazendo disto questão fechada, para os municípios de faixa de fronteira, para os municípios de estâncias hidrominerais e para o Governo do Estado, e para também, Sr. Presidente, a anistia.

Todavia, julgando-se aqueles que devam, na Justiça comum, constas, por haverem assassinado, nos roubos que cometeram, nos assaltos, no terrorismo, na prática do terrorismo, quando intranquilizaram a família paranaense e a família brasileira!

Com esta posição eu desejo estar coerente, razão pela qual, Sr. Presidente, retiro-me do Plenário para não ter, Sr. Presidente, de votar u'a matéria desta natureza, a não ser que o meu Líder, o Líder de minha bancada e do meu Partido, determine que eu haja de forma contrária. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). — Gostaria que a Mesa me informasse, se já está encerrada a discussão do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está em fase de votação, nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu desejo dar conhecimento à Casa e especialmente ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino, que, na próxima semana, terei imenso prazer de, pelo menos, refutar em parte algumas afirmações que Sua Excelência fez, no encaminhamento da votação, afirmações que não correspondem totalmente à verdade com relação ao atual momento político.

Eram estas as declarações que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — (Pausa). — Rejeitado o requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Pela ordem). — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. Em votação.

Os Srs. Deputados que rejeitam, permaneçam como estão. — (Pausa).

O SR. JURANDIR MESSIAS (Pela ordem). — Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado, que está sendo processada a verificação de votação.

Em votação. Os Srs. Deputados que rejeitam, permaneçam como estão. — (Pausa).

22 Srs. Deputados aprovam;

18 Srs. Deputados rejeitam. (Pausa).

— Aprovado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao IBGE, TRE, Tribunal de Contas, no sentido de que sejam fornecidos dados demográficos do Distrito de Missal. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, visando providências para a pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede do município de Altônia ao Distrito Administrativo de São Jorge. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências visando a pavimentação asfáltica que liga a sede do Município de Altônia com a sede do Município de Francisco Alves. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando informações junto à Secretaria de Segurança Pública, na pessoa de seu titular, a respeito do FUNRESTRAN, fornecendo o total arrecadado, bem como a sua aplicação. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário da Educação, no sentido da construção de uma Escola de 1.º Grau, no Jardim São Francisco de Assis, em Londrina.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos à agência Diretriz Empreendimentos S/A, pela realização da "MOVEX/79"— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado a Superintendência dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, a fim de que sejam tomadas providências no sentido de sanar o problema de poluição causada por serrarias instaladas na cidade de Catanduvas.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Carlópolis, encarecendo atenção especial para o Bairro Jardim Bandeirantes.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Igreja Adventista do 7.º Dia — Central de Curitiba, pelo transcurso de mais um aniversário da Telepaz.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nestor Baptista, Nilton Friedrich e Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de um grupo de parlamentares para acompanhar as reivindicações universitárias, quanto ao problema alimentação/refeitórios.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, com o apoio do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Mário Esmanhotto.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Nilton Friedrich, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Igreja Católica Paulista, pela solidariedade ao movimento dos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo.— **Em votação.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Ex.ª poderia fazer a fineza de terminar a leitura do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Como não. (Procede a leitura do requerimento)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliese, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Câmara Municipal de São Paulo, pela decisão de ter derrubado o veto do Sr. Prefeito Municipal, a projeto de lei que denominava uma das ruas da capital paulista de Wladimir Herzog.— **Em votação.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, vou votar contra este requerimento, também questão aberta à bancada, então, tenham um entendimento sobre o assunto, que desejarem ter. Mas, eu não entendo, Sr. Presidente, na minha concepção, como possa esta Assembléia manifestar regozijo pela rejeição de um veto dos Vereadores da Capital de São Paulo. Quer dizer, é a total inversão na ordem das coisas. Que o Deputado se manifeste publicamente, pessoalmente, é evidente que aceito. Mas que atrele este Poder à Câmara Municipal de São Paulo regozijando-se pela rejeição de um veto do Prefeito da cidade que visava homenagear um cidadão que nós lemos a história, todas as publicações, que nós acompanhamos, inclu-

sive, o seu julgamento pela Justiça, no caso Herzog mas, que é, eu acho, Sr. Presidente, uma interferência indébita em outro Poder. A meu ver a Mesa não poderia, jamais, receber um requerimento desses, porque contraria o espírito do Regimento Interno. É a interferência em outro Poder, embora Legislativo, na esfera Legislativa, mas é o Poder Legislativo da cidade de São Paulo, é o Prefeito que veta uma lei oriunda daquele Legislativo e que este Poder vai se regozijar porque a Câmara rejeitou o veto, sem nenhum demérito à figura do jornalista Herzog que nós também nos solidarizamos, na oportunidade, porque sabemos que ele foi vítima da violência. Sem nenhum demérito à figura; mas, apenas, o que eu acho uma intromissão indébita deste Poder, uma decisão de um outro Poder, de um outro Estado. Por isso que vou votar contra, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

O Sr. Waldyr Pugliese — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. WALDYR PUGLIESE — Inicialmente, fico contente por ver que a liderança da Aliança Renovadora Nacional chega à conclusão, na realidade, que Wladimir Herzog foi vítima da ditadura que se instalou neste País, em 1964.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Concedo, pela ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu só queria que os Anais registrem a distorção que está fazendo o nobre Deputado Waldyr Pugliese, das minhas afirmações. Eu não disse que ele foi vítima da ditadura; disse que ele foi vítima da violência, jamais de ditadura. Porque o que nós temos, hoje, no País, não é uma ditadura. É o regime implantado em 1964, pela vontade unânime do povo brasileiro e o Deputado Waldyr Pugliese, jovem como é, talvez, não conhecesse o descabro que imperava neste País, antes de 1964. Talvez, ele não saiba que foi a mulher brasileira que saiu às ruas, pedindo a interferência das Forças Armadas; pedindo a ação das Forças Armadas para um fim no descabro que reinava neste País. Portanto, Sr. Presidente, a palavra ditadura fica por conta do nobre Deputado que, num regime democrático, pode, inclusive, ofender as Forças Armadas, como ofendeu, há dias, nesta Assembléia. Pode, inclusive, assacar uma calúnia contra um cidadão dizendo que ele havia recebido tantos e tantos milhões, por uma transação. Isto chama-se democracia; jamais ditadura, porque se fosse ditadura da Rússia, ou de Cuba, o Deputado estaria no paredão e, jamais aqui, assacando injúrias contra as Forças Armadas do País.

Portanto, Sr. Presidente, para que os Anais registrem a nossa repulsa à forma como o nobre Deputado tratou as nossas Forças Armadas; à forma como ele vem tratando os Governos Revolucionários implantados, neste País, pela vontade unânime do povo brasileiro. Apenas, a nossa repulsa; apenas, também, pela distorção que ele fez das nossas afirmações, porque eu jamais reconheci que o jornalista Wladimir Herzog foi vítima de ditadura; ele foi vítima do excesso de um regime policialesco que imperava naquela oportunidade. Mas, isto não quer dizer que o País vivesse ou viva em ditadura. Porque em todos os Governos existem os excessos policiais; em todos os regimes existem os excessos policiais, inclusive nos regimes da Cortina de Ferro, nos regimes que tanto este cidadão defende. Lá é que existe a ditadura; lá ele não poderia assacar injúrias e calúnias contra o poder constituído, contra as Forças Armadas, porque ele estaria inexoravelmente no "Paredão".— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Devoivo a palavra ao nobre Deputado Waldyr Pugliese.

O SR. WALDYR PUGLIESE — Perguntaria ao nobre líder da ARENA, a violência foi cometida por quem? Não foi através do braço da repressão da ditadura? Ditadura, no meu

entendimento então? A violência se consumou. Ela foi praticada por alguém. Este alguém estava sob as ordens de quem? Do M.D.B., não. Da liberdade, da justiça, não. Estava a serviço da ditadura militar e volto a repetir, e nas minhas palavras não existe ofensa às Forças Armadas, não existe ofensa de maneira nenhuma ao honrado Exército Nacional, mas sim a elementos que dentro desta Corporação ao invés de fazer com que o Exército Brasileiro se alteasse no conceito de todo mundo, pelo contrário, fez com que ficasse a sua imagem, talvez, arranhada.

O voto de regozijo que eu peço, acredito que ele é pertinente pelo seguinte: Pode esta Assembléia Legislativa, no meu entendimento se regozijar com a atitude de um Vereador lá de Campina da Lagoa com os Vereadores de São Paulo. E quando peço este voto de regozijo da Assembléia Legislativa do Paraná aos Vereadores de São Paulo, vi que os Vereadores de São Paulo são os representantes da maior cidade da América Latina, e por isto síntese do pensamento de todo o povo brasileiro, porque lá se encontram brasileiros de todos os quadrantes, e se os representantes destes brasileiros que estão votando lá, mas que vieram de todos os lados do Brasil estão votando a favor de que?

Que seja homenageado uma vítima da repressão, eles estão, através dessa postura que teve inclusive o apoio de dois ilustres Vereadores da Aliança Renovadora Nacional, eles estão, em última análise, fazendo com que seja dado um "basta" definitivo à repressão que se instalou neste País.

As denúncias estão aí: Wladimir Herzog, já falei através de um pronunciamento nesta Casa, sem objetivo de provocação, foi assassinado em dependências do DOI-CODI, em São Paulo. Todos os brasileiros sabem disso, ou pelo menos, aqueles que se preocupam com a liberdade e com a justiça. E quando peço o apoio da Assembléia Legislativa do Paraná para que se dê esse voto de regozijo ao comportamento dos Srs. Vereadores paulistas, vejo como já disse, neste ato, uma posição definitiva de todo o povo brasileiro, que quer democracia, que quer liberdade e que quer justiça social.

Peço encarecidamente que esta Assembléia Legislativa do Paraná veja também aqui uma afirmação do Poder Legislativo, porque quando o Vereador Flávio Bierrenbach apresentou este projeto de lei, ele foi aprovado e foi a sanção do Sr. Olavo Setubal e é aqui que entra as divergências profundas que temos nós, do MDB e ARENA.

O Sr. Olavo Setubal, no entendimento da maioria do MDB, nada mais é do que o representante do grande capital monopolista e explorador. Ele rejeitou o projeto de lei. O veto foi para a Câmara Municipal que através de uma decisão histórica neste País, derrubou o veto como já falei, com o apoio, inclusive de elementos que estão filiados ao outro partido.

Vejo nisto a vontade do povo brasileiro e a independência do Poder Legislativo que está emasculado, que está de joelhos como está o Judiciário também, diante do Poder Executivo neste País.

E a nossa luta vai continuar aqui, Sr. Presidente, porque nós não somos aqueles que ficam como na outra bancada, falando de eleição direta mas apoiam o "pacote de abril".

Falam em democracia e já estão levantando temas.

Aí está as notas taquigráficas de hoje, o Sr. Airton Cordeiro, falando que nós devemos lutar para que não haja eleição de 1980, e aqueles que querem que não haja eleição em 1980, estão simplesmente, casuisticamente, fazendo com que a preponderância que existe neste País através da corrupção eleitoral, da ilegitimidade, continue neste País...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lembra ao nobre Deputado, que tem um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente. Eu fiz propostas claras, durante a campanha eleitoral. Não tenho aqui,

mas gostaria de tê-lo, o programa a que me submeti, e estava lá, combate ao aparelho de repressão que aqui está instalado, sei, Sr. Presidente, sei nobre e inteligente Líder da ARENA, que não só em Cuba, como diz V. Ex.<sup>a</sup>, que aqui também, quantas e quantas vezes saímos de casa, e olhávamos para os nossos filhos, sem saber se teríamos condições de voltar para a casa, porque as ameaças através desses politiquinhos de 5a. categoria, existem por este Paraná, sempre foram feitas em relação ao nosso comportamento, em favor da democracia e da liberdade. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os tímpanos) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente. Estranho, Sr. Presidente, que no encaminhamento feito pelo Deputado Waldyr Pugliese, em que ele qualifica os Srs. Vereadores de São Paulo, como mais importantes que esta Casa, qualificando o Parlamentar, pelo tamanho da cidade.

Não é porque São Paulo é a grande Capital que se destaque uma importância especial, de um veto apreciado por aquela Casa de Leis.

Esse regime que tanto se fala, todos nós estamos lembrados, existem coisas erradas, mas muitas, acertadas. E desse regime o eminente Deputado se beneficiou, disputando e aceitando como candidato a Prefeito da cidade de Arapongas, eleito neste regime administrou os quatro anos.

Disputa uma eleição para um cargo eletivo, e aqui chega neste regime de "ditadura", que ele classifica, e aqui com ampla liberdade, pode falar e criticar. Agora, há pouco, se votou um requerimento solidário com a anistia ampla e restrita. Gostaria de votar favorável ao requerimento mas com uma ressalva.

Não anistia ampla e restrita, porque nós sabemos que se precisa reparar algumas irregularidades, alguns que foram afastados da vida pública por atos políticos, e outros pelo banditismo, pelo crime, não poderemos juntar homens de bem, que com idéias talvez diferentes, entrem no mesmo benefício.

Sr. Presidente, votarei contra esse requerimento de solidariedade ao Vereador paulista, dado a qualificação feita pelo eminente Parlamentar desta Casa.

Porque muitos atos praticados que merecem o apoio desta Casa, muitas medidas que devem ser tomadas, e que se analisarmos bem, desde o início desta sessão, aquilo que se votou na Ordem do Dia, o tempo que se levou para as discussões de interesse do Paraná e o tempo que se leva em requerimentos visando outros assuntos, até de uma Câmara Municipal, e deixando os interesses paranaenses, os interesses do Brasil.

Temos que lutar. Lutar para conseguirmos aquilo que é de direito e alcançarmos o objetivo que todos nós, brasileiros, pretendemos. Não é por caminhos diferentes que se pretende solidarizar com atos, procurando se identificar com outros atos que talvez não possam ser aprovados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, nós pretendemos, no encaminhamento do requerimento do nobre Deputado Pugliese, externar alguma coisa de nosso pensamento desta matéria tão debatida, tão discutida nesta Casa de Leis.

É evidente que votaremos contra o requerimento, porque entendemos, Sr. Presidente, que se nós que temos a obrigação e o dever de aqui representarmos e representarmos bem e com dignidade a gente que nos mandou para cá, os companheiros

que nos prestigiaram, nós não podemos fazer a não ser de acordo, a não ser em consonância com os princípios cristãos. Porque fomos também enviados por homens, por mulheres, por moças e por jovens cristãos.

Que eles tenham certeza, Sr. Presidente, confiaram em nós, ao depositarem o seu sufrágio no dia 15 de novembro. E vemos, Sr. Presidente, com muita tristeza, que esta polêmica da anistia está se desencadeando de uma maneira que não nos interessa, que não diz respeito àquilo que devemos tratar aqui nesta Assembléia Legislativa.

Mas Sr. Presidente, falou-se tanto no regime de Cuba, no regime da Rússia, do regime brasileiro. É preciso que entendamos, Sr. Presidente, que hoje o regime brasileiro talvez seja um dos mais aprimorados do Universo, porque aqui nós temos toda a liberdade de ação, toda a liberdade de pensamento, de gestos, o que nos falta, é a coerência, o que nos falta é que nos entendamos que esta anistia não poderá, jamais, ser assim tão violenta e tão rapidamente, como desejam os homens da Oposição do MDB.

Nós sabemos, nós entendemos de sua ganância, da sua ganância, da sua vontade de um dia chegar ao Poder e nós concordamos com isto, achamos válido até, que o MDB um dia também seja Governo desta terra de todos nós, mas seja de uma maneira mais digna, e que mereça também os nossos elogios.

Com esta insistência para que seja de uma vez por todas concedida a anistia ampla e total, o que nos aparenta, Sr. Presidente, é que nós estamos, novamente, dando uma condição para que voltem a este País um Brizola, para que volte a este País um Arrais, para que volte a este País um Julião a esta terra.

Sr. Presidente, isto nós não pretendemos; e isto nós da ARENA, da Aliança Renovadora Nacional não queremos jamais que aconteça. Porque se eles foram banidos, como foi a freira, aquela irmã banida, se ela foi, é porque dava abrigo... (Risos e apartes do MDB)

**(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR OS TÍMPANOS)**

... Se ela foi, é porque dava abrigo... — Eu não admito, que interfiram no meu pronunciamento; exijo respeito, como respeito a todos os Srs. Deputados do MDB. — (Muito bem)

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) —

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, conceda a palavra, pela ordem, para que esse Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra pela ordem, ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, acho que o Deputado Jurandir Messias está agredindo. Ninguém eu acho que o desrespeitou. Ele que está desrespeitando o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que fez soar as campainhas porque estava havendo perturbação no encaminhamento de votação do nobre Deputado.

Continua com a palavra o nobre Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Jamais a Aliança Renovadora Nacional, a qual tenho a honra de pertencer, se curvará às vontades e aos interesses do Partido da Oposição. Para que voltem para cá aqueles malfetores que o Brasil, em 1964, exportou para outros países, que fossem fazer o mal aos nossos irmãos de outras terras, para que os nossos irmãos brasileiros jamais teriam e receberiam estes males.

Complementando o meu encaminhamento ao requerimento, a irmã de caridade e que nós respeitamos a todas as outras, ela que foi exportada deste país, porque dava abrigo aos terroristas, àqueles que mataram, àqueles que roubaram, àqueles que assassinaram os nossos irmãos; esta irmã deu abrigo e eles sabem muito bem disto. E é esta irmã que hoje eles estão

elogiando e lendo reportagens, porque ela voltou ao Brasil, porque a ela foi concedida uma anistia, mas a Arrais, a Brizola e a Julião, a estes, tenho certeza, que o Governo Brasileiro não deve dar anistia.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa, de acordo com o artigo 173 do Regimento Interno, onde diz que “as sessões, ordinárias terão início às 14,30 horas e durarão no máximo 4,00 horas”, encerra a presente sessão, convocando outra para amanhã, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 180/77, 77, 85, 110, 112, 166 e 193/78; lembrando aos Srs. Deputados que, de acordo com o Regimento Interno, art. 77, com a redação que lhe foi dada pela Resolução n.º 23/69, de 10 de setembro de 1969, determina que a Hora do Expediente da sessão imediatamente anterior a 31 de março seja destinada à comemoração da Revolução.

Assim sendo, a Mesa socilita dos Srs. Líderes que designem os Srs. Deputados oradores para falarem sobre o tema referido, na sessão ordinária de amanhã, última sessão da Casa antes da data a ser comemorada. — (Pausa).

A liderança da ARENA designou o nobre Deputado João Mansur para proferir a referida oração e, pela liderança do MDB, o Deputado Nestor Baptista.

Levanta-se a sessão.

**Portarias:**

PORTARIA N.º 178/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2207, de 13 de março de 1979, deste Poder,

**RESOLVE:**

revogar, a pedido, a partir de 13 de março de 1979, a Portaria n.º 428/77, de 20 de maio de 1977, que designou para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, a funcionária MARIA DO ROCIO MEDEIROS WITOSLAWSKI, matrícula n.º 425.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 179/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2332, de 16 de março de 1979, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar, PAULO MARCELO SOARES DA SILVA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Pinto Dias, a partir de 1.º de fevereiro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 180/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2601, de 22 de março de 1979, deste Poder,

**RESOLVE:**

autorizar, JOSÉ BARBOSA, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Facci, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral



## PORTARIA N.º 181/79

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos sob os n.ºs 1532/79 e 2038/79, respectivamente de 21 de fevereiro de 1979 e 07 de março de 1979,

## RESOLVE:

autorizar, MILTON LUIZ CLEVER KUSTER, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Trajano Bastos, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no período compreendido entre 1.º a 30 de março de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

## PORTARIA N.º 182/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2424, de 20 de março de 1979, deste Poder,

## RESOLVE:

autorizar, LISPETA PEREIRA RIBEIRO, ocupante do cargo em comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Quilse Crisóstomo da Silva, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

## PORTARIA N.º 183/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2057, de 08 de março de 1979, deste Poder,

## RESOLVE:

designar, AUGUSTO OCTÁVIO ASSUMPTÃO BORBA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Serviço de Assistência Judiciária, no período compreendido entre 1.º de março a 31 de dezembro de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

## PORTARIA N.º 184/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2057 de 08 de março de 1979, deste Poder,

## RESOLVE:

designar os funcionários AGOSTINHO MACEDO FRANCO DA COSTA e CELSO COUTINHO DE CAMARGO, ora à disposição deste Poder, para prestarem serviços no Gabinete da 1a. Secretaria, no período compreendido entre 1.º de março a 31 de dezembro de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

## PORTARIA N.º 185/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2057, de 08 de março de 1979, deste Poder,

## RESOLVE:

designar, GIL CESAR DANTAS BRUEL, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

## PORTARIA N.º 186/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2452, de 20 de março de 1979, deste Poder:

## RESOLVE:

autorizar, ALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula n.º 190, ocupante do cargo de nível PL-19, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Rosário Pitelli, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

## PORTARIA N.º 187/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2386, de 20 de março de 1979, deste Poder,

## RESOLVE:

autorizar, ANTONIA APARECIDA ZANUSSO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

## PORTARIA N.º 188/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2465, de 20 de março de 1979, deste Poder:

## RESOLVE:

autorizar, MARLY MIRANDA ZAMPIER, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Wilson Fortes, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

## PORTARIA N.º 189/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2386, de 20 de março de 1979, deste Poder.

## RESOLVE:

autorizar, MATHILDE POSSIDENTE BERTONI, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no

Gabinete do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 190/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2491, de 21 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar MARIA DOS PRAZERES MULLER, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Werner Wanderer, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1º de abril do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 191/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2637, de 22 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária NADIR DE OLIVEIRA SANTOS, matrícula nº 540, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 07 de março de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 192/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2393, de 20 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria nº 447/78, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

HERCULANO CORDEIRO – Matrícula nº 390

MARLENE DE BRITO PERRONE – Matrícula nº 222

VALFRIDO RIBEIRO DE CAMARGO – Matrícula nº 035

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 193/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2496, de 21 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar LIA MATTANÓ, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nelson Fiori Luiz Malaguido, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta

por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 23 de fevereiro de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 194/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2350, de 19 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria nº 447/78, à funcionária SOFIA KOLOSOWSKI, matrícula nº 528, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 195/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2627, de 22 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – designar JOSÉ MARIA HEOFACKER, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Jurandir Messias, no período compreendido entre 22 de março a 31 de dezembro de 1979; e,  
II – autorizar o funcionário acima citado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Jurandir Messias, no período compreendido entre 22 de março a 31 de dezembro de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN  
Diretor Geral

Decretos:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 259/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

exonerar, a partir de 16 de março do corrente ano, LUNIR CARRANO BITTENCOURT, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Roberto Nogueira Soares.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 260/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1574, de 22 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

as despesas com as taxas dos aparelhos telefônicos, mantidos nos Gabinetes dos Senhores Deputados, serão descontadas em folha de pagamento dos respectivos titulares, cabendo ao setor de telefonia da Administração da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o processamento das contas, levando ao conhecimento dos Senhores Deputados o montante do débito saldado.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2º Secretário